

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Pablo Siqueira Terres

**As questões de concursos públicos para bibliotecários dos tribunais federais:**  
TRF, TRE e TRT

Porto Alegre  
2016

Pablo Siqueira Terres

**As questões de concursos públicos para bibliotecários dos tribunais federais:**

TRF, TRE e TRT

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Coorientador: Maurício de Vargas Corrêa

Porto Alegre

2016

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Jane Fraga Tutikian

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-diretor: André Iribure Rodrigues

## **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Moisés Rockembach

Chefe substituto: Valdir José Morigi

## **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenador: Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Coordenador substituto: Jackson da Silva Medeiros

## **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

### **CIP - Catalogação na Publicação**

Terres, Pablo Siqueira  
As questões de concursos públicos para  
bibliotecários dos tribunais federais: TRF, TRE e  
TRT / Pablo Siqueira Terres. -- 2016.  
82 f.

Orientadora: Sônia Elisa Caregnato.  
Coorientadora: Maurício de Vargas Corrêa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Concurso público. 2. Biblioteconomia jurídica.  
3. Bibliotecário jurídico. 4. Biblioteca jurídica. 5.  
Documentação jurídica. I. Caregnato, Sônia Elisa,  
orient. II. Corrêa, Maurício de Vargas, coorient.  
III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO**

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Bairro Santana – Porto Alegre/RS – CEP 90035-000

Pablo Siqueira Terres

**As questões de concursos públicos para bibliotecários dos tribunais federais:**  
TRF, TRE e TRT

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato  
Coorientador: Maurício de Vargas Corrêa

Aprovada em:

---

Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Bibliotecário Maurício de Vargas Corrêa (Coorientador)

---

Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt (Examinadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Bibliotecária Suzanna do Carmo Louzada (Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento mais importante é para os meus pais. Sem a ajuda deles seria impossível eu cursar uma faculdade pública. Obrigado por terem me dado a oportunidade de somente estudar, e não precisar trabalhar enquanto fazia a faculdade. Realidade muito diferente dos milhões de brasileiros que não tiveram a mesma oportunidade que eu tive. Obrigado por me proporcionarem uma vida digna.

Concluo meu curso de Biblioteconomia em um momento conturbado do país. Mais uma vez na história do Brasil a democracia é vítima de um Golpe. Também sou grato a toda sociedade brasileira por terem custeado meus estudos em uma faculdade pública federal.

Agradeço também aos meus professores pela dedicação e atenção dada a mim quando eu sempre precisei. Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Sônia Caregnato pela atenção em um momento de ansiedade. Obrigado também ao meu coorientador Maurício.

Agradeço muito aos bibliotecários que fizeram parte de minha formação, durante meus estágios enquanto aluno.

Agradeço aos bibliotecários da biblioteca da Economia da UFRGS, durante minha bolsa, no primeiro semestre de faculdade.

Obrigado aos bibliotecários do MP-RS, Adriana, Marcelo, Suzanna, Janaína e Mara.

O meu agradecimento especial à bibliotecária Magda De Conto, por seus ensinamentos e pela sua dedicação sempre atenciosa durante meu estágio na biblioteca do TRF-4. Sou muito grato por tudo! Obrigado também à bibliotecária Maria da Graça, também do TRF-4, pelos ensinamentos e atenção. Vocês contribuíram muito na minha formação como profissional e como pessoa.

Obrigado aos servidores do TRE-RS, Patrick, Luiz, Washington, Klein, Rodrigo e Júlia. Meu agradecimento especial à bibliotecária Liliane Santa Helena, do TRE-RS, que sempre dedicou toda atenção a mim, não medindo esforços. Aos bibliotecários João Friedrich e Bruno Mota. Ao futuro bibliotecário Alfredo. Obrigado por proporcionarem aos estagiários da biblioteca do TRE-RS um ótimo ambiente de trabalho.

Obrigado aos meus colegas que fizeram da faculdade um lugar ótimo de se viver. Aline, Verônica, Juliana, Carol, Marina, Letícia, Ingra, Jéssica, Sheila, entre tantos outros, muito obrigado!!

Um agradecimento muito especial ao meu colega e grande amigo que a vida me presenteou, Vitor Vasata. Meu caro, obrigado pelo carinho e atenção que sempre me deste. Sou muito grato a sua ajuda no meu TCC, sem sua ajuda esse trabalho seria muito mais difícil. Obrigado!

Agradeço também a garota dos FF tatuado atrás do pescoço, que conheci durante a faculdade. Obrigado por ter feito parte da minha vida, embora os nossos caminhos tenham seguido rumos diferentes. Tu foste e sempre serás uma pessoa especial em minha vida. Obrigado por teres colorido muitas páginas do livro da minha vida.

Termino agradecendo novamente aos meus pais. Obrigado pelos sacrifícios que fizeram e fazem por mim! Amo vocês.

*Certa vez, perguntaram ao Google o que ele gostaria de ser quando crescesse.  
Sem titubear Google respondeu:  
- Quero ser um bibliotecário.  
(Anônimo)*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de identificar os conteúdos das áreas de Biblioteconomia e de Direito das provas dos concursos públicos para o cargo de bibliotecário nas bibliotecas jurídicas dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), dos Tribunais Regionais Federais (TRF) e dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), do Brasil. Relaciona se os conteúdos das questões das provas estão adequados às competências atribuídas aos bibliotecários jurídicos identificadas na literatura especializada. Apresenta, através da literatura sobre Biblioteconomia Jurídica, as características da biblioteca jurídica e da documentação jurídica, como seu principal objeto de estudo. Destaca as competências necessárias para um bibliotecário jurídico desempenhar suas atividades de maneira eficaz. Por fim, mostra como os concursos públicos são organizados no Brasil. A abordagem da pesquisa é de caráter quantitativa, pois utiliza técnicas estatísticas na análise dos dados. Procedimento técnico adotado é a pesquisa documental das questões das provas dos concursos. O corpus da pesquisa é composto de 46 provas dos concursos realizados entre os anos de 2000 a 2015, somando 2078 questões, 1763 de Biblioteconomia e 315 de Direito. A pesquisa identificou 10 eixos temáticos. Apresenta as principais bancas realizadoras dos concursos para tribunais no Brasil. Destaca que a banca Fundação Carlos Chagas (FCC), realizou 34 provas, seguido das bancas CESPE, com 7 provas, CONSULPLAN, com 2 provas e FAPEU, IBFC e SUSTENTE com apenas 1 prova cada. Destaca que os eixos temáticos identificados são “Sistemas de Organização do Conhecimento”, com 493 questões. “Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação”, com 433 questões. “Noções de Direito”, com 315 questões. “Normas Técnicas”, com 267 questões. “Mediação e Disseminação da Informação”, com 245 questões. “Informação Jurídica”, com 134 questões. “Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia”, com 74 questões. “Informação e Tecnologia”, com 68 questões. “Legislação, Educação e Trabalho”, com 35 questões. “Produção e Comunicação da Informação”, com 14 questões. Conclui que os concursos públicos para os tribunais exigiram competências técnicas e administrativas para selecionar o melhor candidato, exigindo do bibliotecário pouco conhecimento da área do Direito, conhecimento de suma importância para todo bibliotecário jurídico, conforme mostra a literatura sobre Biblioteconomia Jurídica.

**Palavras-chave:** Concurso público. Biblioteconomia jurídica. Bibliotecário jurídico. Biblioteca jurídica. Documentação jurídica.



## ABSTRACT

This paper aims to identify the contents of the Librarianship and Law areas of the public examinations for librarianship in the legal libraries of the Regional Electoral Courts (TRE), the Federal Regional Courts (TRF) and the Regional Labor Courts (TRT) of Brazil. It relates whether the content of the test questions is adequate to the competencies attributed to legal librarians identified in the specialized literature. It presents, through the literature on Legal Librarianship, the characteristics of the legal library and legal documentation, as its main object of study. It highlights the skills required for a legal librarian to carry out their activities effectively. Finally, it shows how public tenders are organized in Brazil. The approach of the research is of quantitative character, since it uses statistical techniques in the analysis of the data. Technical procedure adopted is the documentary research of the questions of the competitions tests. The corpus of the research is composed of 46 tests of the competitions carried out between the years of 2000 and 2015, adding 2078 questions, 1763 of Librarianship and 315 of Law. The research identified 10 thematic axes. It presents the main assemblers of the contests for courts in Brazil. It is worth noting that the Banca Carlos Chagas Foundation (FCC) held 34 tests, followed by CESPE, with 7 tests, CONSULPLAN, with 2 tests and FAPEU, IBFC and SUSTAIN with only 1 test each. It points out that the thematic axes identified are "Knowledge Organization Systems", with 493 questions. "Administration, Organization and Planning in Information Units", with 433 questions. "Notions of Law", with 315 questions. "Technical Standards" with 267 questions. "Mediation and Dissemination of Information", with 245 questions. "Legal Information", with 134 questions. "Foundations of Information Science and Librarianship", with 74 questions. "Information and Technology", with 68 questions. "Legislation, Education and Labor", with 35 questions. "Production and Communication of Information", with 14 questions. It concludes that public tenders for the courts required technical and administrative skills to select the best candidate, requiring the librarian to have little knowledge of the area of law, a knowledge of paramount importance for all legal librarians, as shown in the literature on Legal Librarianship.

**Keywords:** Public tender. Law librarianship. Law librarian. Law library. Law documentation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALL	<i>American Association of Law Libraries</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BDJUR	Biblioteca Digital Jurídica
CCAA2	Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição
CDU	Classificação Decimal Universal
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
ESAF	Escola de Administração Fazendária
FCC	Fundação Carlos Chagas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GIDJ/RJ	Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro
GIDJ/SP	Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo
GT	Grupos de Trabalhos
LEXML	Rede de Informação Legislativa e Jurídica
MP-RS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
PL	Projeto de Lei
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TRF	Tribunal Regional Federal
TRF-4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	13
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	<b>Objetivo geral</b>	15
1.2.2	<b>Objetivos específicos</b>	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	17
2.1	BIBLIOTECA E A DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA	17
2.2	O BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E AS SUAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	23
2.3	CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO	31
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	35
3.1	CORPUS DE ANÁLISE	35
3.2	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	39
4.1	BANCAS REALIZADORAS DAS PROVAS	39
4.2	EIXOS TEMÁTICOS IDENTIFICADOS NAS PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO PARA OS TRIBUNAIS	41
4.2.1	<b>Eixo 1 - Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia</b>	44
4.2.2	<b>Eixo 2 - Sistemas de Organização do Conhecimento</b>	45
4.2.3	<b>Eixo 3 - Legislação, Educação e Trabalho</b>	49
4.2.4	<b>Eixo 4 - Produção e Comunicação da Informação</b>	50
4.2.5	<b>Eixo 5 - Informação e Tecnologias</b>	51
4.2.6	<b>Eixo 6 - Mediação e Disseminação da Informação</b>	52
4.2.7	<b>Eixo 7 - Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação</b>	54
4.2.8	<b>Eixo 8 - Normas Técnicas</b>	57
4.2.9	<b>Eixo 9 - Informação Jurídica</b>	59
4.2.10	<b>Eixo 10 - Noções de Direito</b>	62
4.3	TEMAS MAIS COBRADOS NAS PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO PARA OS TRIBUNAIS	64
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	67
	<b>REFERÊNCIAS</b>	70
	<b>APÊNDICE A - LISTAGEM DAS PROVAS BAIXADAS</b>	74
	<b>APÊNDICE B - CONTEÚDO DOS CONHECIMENTOS DE BIBLIOTECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO</b>	75

## 1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica obtida através da conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia possibilita que o egresso atue em qualquer tipo de organização que tenha a necessidade de gerenciar suas informações com o objetivo de disseminar o conhecimento dentro de sua organização.

A Classificação Brasileira de Ocupações (2015, *online*) destaca que bibliotecários são aqueles profissionais que “[...] gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação”, isto é, possuem as competências e habilidades necessárias para desempenhar suas atividades profissionais em qualquer organização que necessite gerenciar suas informações, pois são profissionais que “Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas” (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2015, *online*), além de realizarem atividades de difusão cultural e desenvolverem ações educativas.

Em uma biblioteca especializada, os conhecimentos exigidos estão além daqueles inerentes a todos os bibliotecários. As bibliotecas jurídicas são consideradas bibliotecas especializadas, pois têm o seu foco na área do Direito. No mercado de trabalho, tais bibliotecas estão inseridas em maior parte em órgãos que fazem parte do Poder Público, mas também estão presentes em organizações do setor privado, como escritórios de advocacias.

As competências do bibliotecário que atua em uma biblioteca jurídica são diferentes dos demais bibliotecários que trabalham em uma biblioteca escolar, pública, universitária, etc. Os usuários, o desenvolvimento de coleções e o tipo de informação são as principais diferenças. Logo, exige também competências distintas, visto que os usuários das bibliotecas dos tribunais possuem perfis e demandas específicas. A informação jurídica nesse ambiente adquire características importantes para os seus usuários. É a partir da informação tratada de maneira eficiente, que a tomada de decisão desses profissionais atinge o objetivo almejado. Para tanto, a literatura da Biblioteconomia jurídica estabelece que todo bibliotecário jurídico deve ter ao menos uma noção mínima dos mecanismos da área do Direito.

No Brasil, a informação jurídica é produzida em grande escala pelas esferas do poder público - Legislativo, Executivo e Judiciário - gerando uma grande demanda para organizar e gerenciar de modo eficaz e prático essas informações. No caso deste trabalho, a pesquisa se limita somente a analisar as provas dos concursos públicos para bibliotecários jurídicos dos tribunais inferiores, isto é, dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), dos Tribunais Regionais Federais (TRF) e dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) do Brasil.

Por se tratarem de instituições públicas, os tribunais, para selecionar o bibliotecário que administrará sua unidade de informação, são obrigados a selecionar o candidato mais bem qualificado, através de provas de concurso público. A partir disso, este trabalho propõe relacionar os conteúdos das questões das provas, com as competências mencionadas na literatura sobre a Biblioteconomia Jurídica, a fim de identificar, se as provas analisadas tiveram a preocupação de selecionar o candidato mais qualificado de acordo com competências apontadas pelos autores da área.

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

As bibliotecas jurídicas que estão inseridas nos tribunais exigem do bibliotecário candidato prévia aprovação em concurso público, como regra para a sua investidura em cargo público. A intenção neste cenário é selecionar o candidato mais bem preparado para o cargo, bem como impedir algum tipo de interferência externa, como nepotismo, indicações de autoridade etc. (MEIRELLES, 2001). Sendo assim, o Estado por meio de provas analisa a capacidade intelectual do candidato interessado em ocupar o cargo público.

O candidato que deseja desempenhar as atividades de bibliotecário jurídico em bibliotecas pertencentes ao Poder Judiciário precisa adquirir conhecimentos próprios da Biblioteconomia Jurídica, que vão além daquelas inerentes ao bibliotecário recém-formado. Exigem-se deles conhecimentos sobre Direito e conhecimento especializado referente a determinados tipos de documentos relacionados à área do Direito.

Atualmente, no Direito brasileiro não existe uma lei que disponha sobre concursos públicos, dando as diretrizes para a elaboração das provas, como o

conteúdo programático e a quantidade de questões. Os órgãos, para os quais a prova será realizada,

[...] geralmente determinam o conteúdo programático do concurso. Em outros casos, informam apenas o perfil do profissional que querem admitir e o nível de escolaridade exigido, deixando a critério das instituições a escolha dos assuntos. Há ainda a possibilidade de a escolha ser discutida entre os órgãos contratantes e a coordenadoria das organizadoras. (CAVALLINI, 2008, *online*).

No caso desta pesquisa, o objeto de estudo são as bibliotecas especializadas em Direito inserida no Poder Judiciário de segunda instância. São bibliotecas jurídicas pertencentes a diversos tribunais, cujos usuários são do corpo funcional da instituição, entre os quais os magistrados, mas também outros profissionais do Direito. Portanto, são organizações que têm por objeto de trabalho a informação jurídica. Essa informação, que é produzida em abundância, exige que o bibliotecário seja capaz de, além de representar, organizar e recuperar informações, também de conhecer as fontes na área do Direito.

Uma pesquisa sobre os conteúdos específicos das provas de concursos públicos para o cargo de bibliotecário jurídico pode contribuir para o entendimento dos aspectos exigidos pelas instituições da área para selecionar seus profissionais. Neste cenário, tal pesquisa pode servir para que as instituições repensem os requisitos exigidos e, também, para que os candidatos às vagas disponíveis observem as questões que serão demandadas em relação às suas atividades profissionais. A partir disto, deve ser analisado se o conteúdo dessas provas está adequado às competências atribuídas aos bibliotecários jurídicos, identificadas na literatura, de modo que esses atuem nessas instituições de maneira eficaz.

No Lume, repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), até 2015, somente dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), sobre o tema concurso público em Biblioteconomia, podiam ser encontrados: o de Juliane de Cássia Silva da Luz, intitulado “Questões de concursos em Biblioteconomia: mapeamento temático”, e o de Gabriela Pinheiro Anhaia, intitulado “O conteúdo das questões de concursos públicos de Biblioteconomia e sua relevância prática no trabalho”. Embora a semelhança dos temas com esta pesquisa, os enfoques de cada um são distintos.

A motivação pessoal para a realização desse trabalho advém do objetivo profissional do autor, que é de atuar em uma biblioteca jurídica de tribunal, e é também oriunda de suas experiências como estagiário nas bibliotecas do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Neste cenário, o problema de pesquisa a que se chega é: Os conteúdos específicos das provas de concursos públicos para bibliotecas dos tribunais no Brasil estão de acordo com as competências exigidas para um bibliotecário jurídico?

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos propostos nesse trabalho serão apresentados a partir da delimitação de um objetivo geral e de objetivos específicos. Neste âmbito, destaca-se que o objetivo geral esse reflete a visão mais abrangente do tema, enquanto os objetivos específicos possuem um caráter especial e intermediário, visto que permitem atingir o objetivo geral (MATIAS-PEREIRA, 2012).

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar os conteúdos de Biblioteconomia e de Direito das questões de provas de concursos públicos ocorridos entre os anos de 2000 a 2015 para o cargo de bibliotecário em bibliotecas jurídicas dos tribunais brasileiros e sua relação com as competências profissionais exigidas para o exercício do cargo.

### 1.2.2 Objetivos específicos

A seguir os objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Apresentar as características de uma biblioteca jurídica;
- b) descrever, por meio da literatura, as competências requeridas de um bibliotecário jurídico;
- c) identificar o conteúdo dos conhecimentos específicos em Biblioteconomia e do conteúdo de Direito das questões das provas;
- d) comparar o conteúdo das provas com as competências exigidas ou desejáveis ao bibliotecário jurídico.

Com o intuito de compreender a Biblioteconomia Jurídica, o referencial teórico deste trabalho está dividido em três seções. A primeira seção tem o objetivo de apresentar as características de uma biblioteca jurídica, assim como compreender o seu objeto de estudo, isto é, a documentação jurídica. A segunda seção aborda o bibliotecário jurídico, bem como as competências necessário para o desempenho de suas atribuições como o profissional gestor de uma unidade de informação jurídica. Por fim, a terceira seção mostra uma breve elucidação a respeito do concurso público no Brasil, certame necessário para a seleção do bibliotecário jurídico que atuará na biblioteca jurídica dos tribunais do Brasil.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, são descritos os temas que serviram de sustentação teórica para esta pesquisa. Esta seção se divide em: Biblioteca jurídica; Documentação jurídica; O bibliotecário jurídico e Concurso público.

### 2.1 BIBLIOTECA E A DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

Dentro das diversas tipologias de bibliotecas, a biblioteca jurídica é considerada como uma biblioteca especializada dedicada às publicações e às informações produzidas na área do Direito. Conforme diz Cezarino (1978 *apud* SALASARIO, 2000, p. 106), “a biblioteca especializada é um órgão com o objetivo de disseminar informações sobre um determinado campo de assunto”. Nessa mesma ótica, Barros (2005, p. 76 *apud* BARBOSA, 2012, p. 19) acrescenta que a biblioteca especializada é aquela “[...] mantida por órgãos particulares e governamentais, possui acervo composto de assuntos específicos; visa atender, portanto, uma clientela específica (médicos, biomédicos, magistrados, advogados, etc.)”.

O acervo das bibliotecas jurídicas é composto por documentos especializados na área do Direito, que contém informações jurídicas, responsáveis por dar subsídios à tomada de decisões envolvidas no âmbito jurídico. Fazem parte desse acervo, por exemplo, “[...] livros, periódicos jurídicos, súmulas, decretos, diário oficial e da justiça, legislação, jurisprudência, doutrinas, códigos, leis, decretos etc.” (FERREIRA; MELLO, 2006, p. 3), ou seja, tudo aquilo que é oriundo da área do Direito.

Importante conceituar o que se entende por informação jurídica. Para Alonso (1998 *apud* REZENDE, 2004, p. 175), a informação jurídica pode ser conceitualizada da seguinte maneira:

[...] sob o aspecto genérico, pode ser conceituada como qualquer dado ou fato, extraído de toda e qualquer forma de conhecimento da área jurídica, obtido por todo e qualquer meio disponibilizado e que pode ser usado, transferido ou comunicado sem a preocupação de estar integrado a um contexto. É um dado ou qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de

determinado fato ou situação. (ALONSO, 1988 *apud* PASSOS, 2004, p. 175).

e ainda sob o aspecto de documento

[...] sob o aspecto da documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisões de forma otimizada. A disponibilização desses dados, devidamente trabalhados, é feita através de meios manuais/magnéticos aos interessados. (ALONSO, 1988 *apud* PASSOS, 2004, p. 175).

Informações são produzidas em grande escala pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (PASSOS, 1979). Portanto, essa profusão de informação gera grandes volumes de documentação, tanto física quanto eletrônica, que necessitam de um tratamento especializado e adequado. A biblioteca jurídica torna-se, então, um lugar de fundamental importância, visto que tem como objetivo a coleta, a seleção, a organização, o armazenamento e a disseminação de informações afins ao local onde ela está inserida (PASSOS; BARROS, 2009).

A área do Direito está sempre em crescimento, em um processo de atualização. Segundo Paiva e Pother (2011) os profissionais dessa área são muito exigentes, e necessitam de um serviço de auxílio com qualidade para as suas pesquisas em bibliotecas com uma eficiente prestação de serviços no que tange à organização do acervo em jurisprudência, legislação e doutrina. O autor ainda completa dizendo que

O operador do direito, ao buscar os serviços da biblioteca, o faz movido pela angústia de ter de debelar o conflito para o qual foi acionado. Imbuído desse estado de espírito, não é raro observar que ele procura a biblioteca não apenas para localizar as informações de que carece, mas também com a expectativa de que, ao demandar a colaboração do bibliotecário, possa encontrar neste o conhecimento e a percepção indispensáveis para que se instale o processo de interação entre ambos. (LOUREIRO, 2005, p. 1).

Percebe-se nisso como a biblioteca jurídica tem um papel importante nas necessidades informacionais dos profissionais que atuam na área do Direito. Esses profissionais demandam respostas ágeis e precisas, porque buscam alcançar resultados eficazes nos casos em que trabalham. As bibliotecas jurídicas devem sanar as necessidades informais específicas desse público especializado na área do Direito

(FERREIRA; MELLO, 2006). A partir dessa necessidade e da demanda informacional desse público, a biblioteca jurídica tornou-se um lugar estratégico e auxiliar nas tomadas de decisões. A informação nos dias atuais é um produto carregado de valor (GONÇALVES; SANTOS, 2009), sendo assim, o magistrado precisa demandar sua total atenção aos seus casos, deixando para a biblioteca a importante função de obter informações de fontes seguras. Desta forma

Localizar/identificar informações é uma etapa fundamental na economia da informação e do conhecimento. Algumas estratégias podem ser divisadas para lidar com o problema da localização/identificação de informações no contexto da Internet. Em primeiro lugar, os mecanismos de busca, como Lycos, Altavista, Infoseek, HotBot, [Google] etc. (MARCONDES, 2001, p. 64).

Essa afirmação evidencia uma das competências inerentes a todo bibliotecário, principalmente àquele que trabalha em uma biblioteca especializada em Direito. A profusão de informações produzidas no meio jurídico é imensa. O conhecimento da documentação jurídica permite que o bibliotecário localize a informação registrada em diferentes tipos de documentos jurídicos. Cabe ao bibliotecário jurídico adquirir essas qualidades, que mais adiante no texto serão abordadas de maneira mais aprofundada.

A biblioteca jurídica, assim como outros tipos de bibliotecas, se viu obrigada a mudar conforme a necessidade do mercado, deixando de ser um mero espaço de armazenamento de documentos, para ser um lugar que dissemina informações jurídicas, logo, uma fonte de conhecimento decisório de grande importância.

O avanço das tecnologias mudou e muito o fluxo informacional no contexto global das organizações. Nas bibliotecas isso não foi diferente, pois se viram obrigadas a se adequarem para atender este novo contexto. O anseio da sociedade de ter acesso às informações públicas, como direito de todo cidadão, assim como dos profissionais do Direito, evidencia que as bibliotecas jurídicas precisaram se adaptar a essas novas tecnologias, demandando mais pesquisas em fontes de informação jurídica em meio eletrônico, principalmente na internet. É notável que cada vez mais o Poder Público tem migrado documentos e arquivos em papel para o meio eletrônico. Isto faz com que a justiça, por exemplo, “[...] seja mais transparente em relação a seu funcionamento. Mesmo que nem todas as informações estejam disponíveis sem restrições.” (REZENDE, 2004, p. 176).

As instituições e órgãos públicos vêm disponibilizando grande parte da sua legislação via internet em portais da Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, e em bases de dados, como a BDJur e a LexML. No Poder Judiciário o processo já é tramitado de maneira eletrônica, conforme a Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. O processo eletrônico “[...] é o processo no qual todas as peças processuais (petições, certidões, despachos, etc.) são virtuais, ou seja, foram digitalizadas em arquivos para visualização por meio eletrônico. Assim, não há utilização de papel.” (ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO, 2015).

Ao passo que as tecnologias evoluíram e evoluem cada vez mais, as fontes de informação e, conseqüentemente, as formas como as quais disponibilizam essa informação também acompanha essa evolução. A “[...] mudança tecnológica na sociedade está alterando a forma pela qual se realizava a gestão, a organização e conseqüentemente o acesso às informações” (BARATA, 2009, p. 2), tanto de maneira positiva, quanto de maneira negativa: positiva, pois o acesso à informação não está mais restrito a um lugar físico, seja qual for o tipo de unidade de informação; negativo, no sentido de que a informação é produzida em grande escala e sem nenhum critério de avaliação. Barata (2009, p. 2) conclui esse pensamento afirmando que

Dentro deste quadro de transformações, a grande quantidade de informações de várias áreas do conhecimento publicadas sem nenhum critério de padronização e organização em um universo gigantesco e complexo de dados dispersos na Internet, dificulta muito o acesso às informações precisas em tempo hábil pelos profissionais e demais operadores do Direito [...]. (BARATA, 2009, p. 2).

Essas premissas podem estar relacionadas a quaisquer tipos de biblioteca, todavia esta pesquisa se restringe às bibliotecas pertencentes aos tribunais de segunda instância da esfera federal, que são órgãos que prestam serviços ao Poder Judiciário. Como tal, são bibliotecas que devem gerir informações sobre as decisões judiciais. Sarmiento, Rosa e Ferreira (2000, p. 25) explicam:

Uma unidade de documentação de um tribunal gerencia o recurso informação documental para dar suporte à tomada de decisão dos magistrados, na elaboração de votos e decisões. Considera-se o objetivo primeiro de um tribunal a prestação jurisdicional. A partir da compreensão desta responsabilidade, entende-se que se deve analisar o gerenciamento da informação jurídica [...].

Os tribunais fazem parte da segunda instância - ou segundo grau – do Poder Judiciário, e podem ser estaduais ou federais. A saber, os TRF, TRE e TRT são da esfera federal. Suas competências são a de julgar os recursos das decisões dos juízes da primeira instância de suas jurisdições.

O principal objeto de trabalho de uma biblioteca jurídica é a documentação jurídica, que é dividida em três tipos: a doutrina, a legislação e a jurisprudência. Atienza (1979, p. 19) entende a documentação jurídica como

[...] a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos).

Enquanto a doutrina

[...] vem do latim *doctrina*, de *docere* (ensinar, instruir, mostrar), na terminologia jurídica, é tido, em sentido lato, como o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. Mas, em acepção mais estreita, quer significar a opinião particular, admitida por um ou vários juriconsultos, a respeito de um ponto de direito controvertido. (SILVA, 2014, p. 510).

Em suma, a doutrina é considerada como o conhecimento jurídico apresentado de maneira teorizada pelos especialistas da área, cuja manifestação é feita por meio de das monografias ou publicações seriadas.

Já a jurisprudência é um termo utilizado como forma de orientação às decisões de casos semelhantes dos tribunais. Conforme Silva (2014, p. 813), a

Jurisprudência é derivado do latim *jurisprudentia*, de *jus* (Direito, Ciência do Direito) e *prudentia* (sabedoria), entende-se literalmente que é a ciência do Direito vista com sabedoria. [...] se entende a jurisprudência como sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que submetam a julgamento da Justiça.

Com o tempo o seu significado sofreu alterações, resultando em diversos conceitos. Para Silva (2010, p. 210) e Passos e Barros (2009, p. 70), a jurisprudência designa o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais acerca de um mesmo

assunto ou de casos semelhantes, ou ainda a coleção de decisões de um tribunal. Assim, a jurisprudência é um tipo de documentação jurídica que contempla decisões judiciais iguais, enquanto que a legislação é “Derivado do latim *legislatio* (estabelecimento da lei), é tomado, em seu sentido etimológico, para designar o conjunto de leis, dadas a um povo [...]” (SILVA, 2014, p. 830).

Diante dessas características das informações jurídicas e da biblioteca jurídica, Loureiro (2005, p. 5) aponta alguns serviços que as unidades de informação jurídicas podem desenvolver, tendo como pré-requisito o bibliotecário jurídico, para que dissemine o conhecimento jurídico de maneira eficaz. São elas

- Selecionar sítios da internet (portais de acesso gratuito ou pago) que veiculem conteúdos substanciais para o usuário; criar e disponibilizar os links de acesso a esses portais na página da biblioteca.
- Fazer a leitura, selecionar e editar os atos normativos publicados nos Diários Oficiais e da Justiça da União, divulgando-os aos usuários no mesmo dia da publicação, antecipando-se à demanda. Para desenvolver este serviço com agilidade é necessário ser assinante do Diário Oficial Eletrônico publicado pela Imprensa Nacional.
- Sempre que possível, complementar uma informação com outra, agregando valor ao serviço. Por exemplo, ao informar a publicação de uma nova lei que altera dispositivo da CLT, informar também a redação anterior da norma, conferindo agilidade à pesquisa do usuário.
- Manter atualizado o catálogo de endereços eletrônicos de juízes, servidores e outros usuários para assegurar a disseminação da informação.
- Criar e manter atualizado um sítio da Biblioteca na internet e intranet, no qual devem estar concentradas as pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, bem como o acesso direto a outros links que contemplam assuntos correlatos e as normas de documentação da ABNT. Conferir credibilidade ao site e torná-lo atraente são tarefas que dependem de criatividade e competência técnica.
- Selecionar artigos de periódicos que comentam as atualizações legislativas e encaminhá-los aos usuários.
- Promover a divulgação da produção intelectual interna do Órgão, dando destaque à iniciativa e estimulando a geração de novos conhecimentos.
- Disponibilizar um sistema amigável de recuperação da informação, que possibilite a independência e satisfação do usuário.
- Criar links para formação e comunicação de grupos de estudos jurídicos.
- Criar serviços que promovam o detalhamento virtual do acervo, selecionando periodicamente um de seus itens para desvelar o seu conteúdo, apresentando-o como sugestão de leitura. “Na impossibilidade [sic] de flunar freqüentemente [sic] pelo acervo físico da Biblioteca, este é um serviço de grande utilidade para os seus usuários remotos”. (LOUREIRO, 2005, p. 5).

Apesar da citação da autora ser do ano de 2005, os serviços continuam os mesmos, contudo, efetuados de maneira diferente, visto que a tecnologia evoluiu, logo, o modo de fazê-los também muda. Considerando os aspectos mencionados, uma unidade de informação, no caso uma biblioteca jurídica, só tem seu objetivo alcançado, quando é gerida por um profissional qualificado, apto para manusear os instrumentos e ferramentas disponibilizadas nesse ambiente. Tal profissional, o bibliotecário jurídico, deve preencher uma série de requisitos e qualidades diferentes daquelas comuns a todos bibliotecários, qualidades que nesse trabalho serão identificadas como competências atribuídas somente aos bibliotecários jurídicos. Competências essas, que estão além daquelas estudadas no curso de graduação em Biblioteconomia.

## 2.2 O BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E AS SUAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O Poder Judiciário produz uma quantidade grande de informação, fazendo da biblioteca jurídica um espaço importante para a organização dessas informações. Dessa forma o bibliotecário jurídico tem um papel fundamental no meio disso tudo gerenciamento dessa instituição. Ele é o profissional detentor das qualidades essenciais para atuar na organização, controle, recuperação e disseminação da informação jurídica (PASSOS; BARROS, 2009). Para esses autores, “o bibliotecário jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente”. (PASSOS e BARROS, 2009, p. 106).

Nesse contexto para exercer o papel do bibliotecário jurídico “[...] faz-se necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz todos esses documentos [jurídicos], facilitando sua pesquisa e utilização pelos profissionais da área jurídica [...]” (SILVA, 2005, p. 23).

O bibliotecário precisa ter conhecimentos da área na qual a biblioteca é especializada. Só assim a unidade atingirá plenamente seus objetivos de sanar as necessidades dos seus usuários especialistas.

“Para que uma biblioteca especializada satisfaça as necessidades informacionais de seus usuários, é necessário que os profissionais da

informação que nela atuam conheçam os assuntos especializados e que estes interessem, em particular, às pessoas em questão.” (FERREIRA; MELO, 2006, p. 3).

Essa percepção é maximizada quando a especialidade da biblioteca é a área do Direito. Sobre esse prisma, segundo Loureiro (2005, p. 3),

Nas bibliotecas especializadas em direito, em contrapartida, o métier do bibliotecário amplia-se a partir do momento em que, ao manejar frequentemente a informação jurídica, adquire o status de “especialista” dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de “colaborador” do usuário no desenvolvimento de seus estudos, agregando-a de consagrado “intermediário”. Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não. A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário. (LOUREIRO, 2005, p. 3).

Decorre disso, então, a necessidade do bibliotecário agregar em suas qualidades o conhecimento em Direito. Todavia, no Brasil as universidades não preparam o aluno para se tornar um bibliotecário jurídico. O curso de Biblioteconomia “[...] prepara genericamente o aluno para atuar em várias frentes de trabalho – não tem conseguido formar o profissional adequado para atuar especificamente na área de documentação jurídica.” (PASSOS; BARROS, 2009 p. 110). Um levantamento realizado por Barros (2008 apud PASSOS e BARROS, 2009, p. 111) “[...] constatou que apenas a Universidade Federal do Pará possui disciplina denominada Documentação Jurídica”. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul também possui uma disciplina eletiva, do curso de Biblioteconomia, voltada à informação jurídica, intitulada Gestão de Sistemas de Informação Jurídica. Ao aluno interessado também há a possibilidade de se matricular em outra disciplina eletiva oferecida pela faculdade de Direito, com o nome de Instituições de Direito.

Os cursos nas universidades, em sua maioria, oferecem apenas disciplinas eletivas, com poucas horas, sobre a Biblioteconomia Jurídica. Parte, então, da iniciativa do aluno e do profissional buscar conhecimentos sobre a área do Direito.



Uma das alternativas para quem pretende atuar na área jurídica é procurar estágios durante o curso de Biblioteconomia em escritórios de advocacias, tribunais, ministérios públicos, etc. (SILVA, 2005). Já para o profissional formado, a alternativa é por meio de “[...] curso de graduação em Direito, de pós-graduação, ou persistindo no aprendizado autodidata.”, conforme dizem Passos e Barros (2009, p. 110). Os autores ainda acrescentam que o ideal seria que o bibliotecário procurasse uma especialização em documentação jurídica.

Segundo Atienza (1979, p. 20),

A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de conhecimentos do mecanismo legal do país; destreza no manejo dos índices e ementários impressos de legislação e jurisprudência; exatidão e atualidade dos índices e fichários elaborados pelo seu próprio serviço e habilidade na interpretação dos pedidos e solicitações dos consulentes.

Cada fonte de informação jurídica requer do bibliotecário jurídico “[...] conhecimento da linguagem da área do Direito em que atua e, também, domine a estrutura textual dos documentos jurídicos.” (SILVA; ROLIM, 2009, p. 4), pois cada fonte possui características diferentes.

Adaptando essas competências aos bibliotecários jurídicos modernos, seus conhecimentos e habilidades específicas devem estar direcionados aos ambientes das tecnologias de informação e comunicação, como diz Barata (2009, p. 4):

[...] o que se fazia anteriormente exclusivamente com os suportes de informação e comunicação físicos, a partir de hoje é possível ser feito através de suportes eletrônicos, como documentos virtuais, documentos digitais, qualquer tipo de informação disponível na Internet. Porém, a forma de lidar com a informação eletrônica é muito mais rápida, tanto na criação, quanto na transferência e alcance global através da Internet. (BARATA, 2009, p. 4).

No Brasil não existe atualmente uma associação de bibliotecários jurídicos imbuída em promover a profissão, bem como servir de apoio à educação continuada dos bibliotecários jurídicos. Existem grupos em alguns estados do Brasil, formados por bibliotecários que difundem conhecimentos da área de informação jurídica. É o caso do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo (GIDJ/SP), criado em 2002, e do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro (GIDJ/RJ), criado em 1973, cujos objetivos são o de promover o

desenvolvimento do profissional da informação, da profissão na sociedade e da informação jurídica (GIDJ/SP; GIDJ/RJ, 2015).

Nos Estados Unidos existe a American Association of Law Libraries (AALL), fundada em 1906 “[...] para promover e intensificar o valor das bibliotecas jurídicas para as comunidades legais e públicas e promover a profissão do bibliotecário jurídico, e assegurar a liderança no campo da informação jurídica.” (AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES, 2002, tradução nossa). A AALL aprovou, em 2001, um documento relacionando as competências necessárias ao desempenho eficiente do bibliotecário jurídico. Segundo ele, “As competências são o conhecimento, a perícia, as aptidões, e as características pessoais que ajudam a diferenciar o profissional altamente qualificado.” (PRITCHAERD, 1999 *apud* INFOLEGIS, 2015, online), que podem ser adquiridas através do ensino superior em Biblioteconomia.

O documento ainda se divide em competências básicas e em competências especializadas. As competências básicas são aquelas que devem ser adquiridas logo no início da carreira de todo bibliotecário jurídico e são divididas em:

#### 1 COMPETÊNCIAS BÁSICAS

As competências básicas aplicam-se a todos os bibliotecários e deverão ser adquiridas no início de suas carreiras.

- 1.1 Demonstrar forte compromisso com a excelência do serviço ao usuário;
- 1.2 Reconhecer e saber lidar com a diversidade do usuário e da comunidade;
- 1.3 Entender e apoiar a cultura e o contexto da biblioteca e da instituição mantenedora;
- 1.4 Demonstrar conhecimento do sistema legal e da profissão jurídica;
- 1.5 Entender o contexto sócio-econômico e político que embasa o sistema legal existente;
- 1.6 Demonstrar conhecimento do arcabouço teórico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, do ciclo documentário: a criação, organização e difusão da informação;
- 1.7 Aderir ao Código de Ética da Associação Americana das Bibliotecas Jurídicas e apoiar e compartilhar dos valores da Biblioteconomia [4];
- 1.8 Exibir qualidades de liderança incluindo pensamento crítico, administração de risco e criatividade, independente de sua posição na estrutura administrativa;
- 1.9 Demonstrar capacidade de trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns;
- 1.10 Atuar dentro da organização com o objetivo de implementar os princípios da administração do conhecimento;
- 1.11 Exibir compreensão da importância de uma abordagem multidisciplinar e a multifuncional dos programas e projetos dentro da organização;
- 1.12 Compartilhar conhecimento e perícia com os usuários e colegas;

- 1.13 Exibir ótimas qualidades comunicativas e ser capaz de promover a biblioteca e desenvolver suas necessidades;
- 1.14 Comunicar efetivamente com os editores e outros provedores de informação para defender os interesses da biblioteca;
- 1.15 Reconhecer o valor da rede profissional (colégio invisível) e participar ativamente das associações de classes;
- 1.16 Perseguir ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional pela educação continuada. (tradução de INFOLEGIS, 2016, online).

As competências especializadas são aquelas atribuídas aos bibliotecários jurídicos já atuantes na área e estão divididas em cinco seções, a saber: administração de bibliotecas; referência, pesquisa e usuários; tecnologia da informação; desenvolvimento e manutenção da coleção; ensino, conforme segue:

## 2 ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS

- 2.1 Empenhar-se no processo de planejamento a longo prazo;
- 2.2 Planejar, preparar e controlar orçamentos e administrar todos os recursos financeiros;
- 2.3 Selecionar, supervisionar, avaliar e prover treinamento para o pessoal que trabalha na biblioteca;
- 2.4 Entender os princípios da administração de projetos e organizar os funcionários para executar tarefas complexas;
- 2.5 Medir, avaliar e articular a qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca;
- 2.6 Assegurar a otimização do espaço físico da biblioteca para acomodar tanto usuários quanto funcionários;
- 2.7 Ter influência dentro da instituição mantenedora para mostrar que a biblioteca é vital para esta instituição;
- 2.8 Ter uma boa compreensão das tendências e do desenvolvimento da indústria de informação e editorial;
- 2.9 Localizar, antecipar e influenciar mudanças na política e na legislação que se relacionem a biblioteca ou a profissão.

## 3 REFERÊNCIA, PESQUISA E USUÁRIOS

- 3.1 Prover serviços personalizados e experimentes de referência sobre tópicos jurídicos e também em tópicos não-jurídicos relevantes;
- 3.2 Avaliar a qualidade, autenticidade, acuracidade e o custo das fontes eletrônicas tradicionais, e mostrar a importância delas ao cliente;
- 3.3 Auxiliar o cliente com as pesquisas jurídicas, utilizando tanto os recursos impressos quanto eletrônicos;
- 3.4 Auxiliar aqueles que não são advogados no acesso às leis dentro das diretrizes da American Bar Association's Model Code of Professional Conduct e outros códigos aplicáveis;
- 3.5 Agregar conteúdo a partir de uma grande variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente;
- 3.6 Criar ferramentas de pesquisa e bibliográficos em Direito e tópicos correlatos;
- 3.7 Monitorar as tendências em áreas específicas do Direito.

#### 4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 4.1 Entender a aplicação prática da criação, do acesso e da administração da informação, incluindo os bancos de dados, redes integradas de bibliotecas, aplicativos cliente-servidor, hardware, software, redes e fontes eletrônicas de informação;
- 4.2 Avaliar a necessidade de novas tecnologias em desenvolvimento e implementar as mudanças necessárias;
- 4.3 Conduzir planejamento a longo prazo e formulação de políticas voltadas pra serviços e treinamento na área de informática;
- 4.4 Avaliar, adquirir, implementar e testar software e hardware necessários ao acesso eletrônico de informação;
- 4.5 Presta assistência aos usuários e colegas no uso dos sistemas de informação da biblioteca e educá-los;
- 4.6 Resolver problemas de conectividade dos hardware, software e rede local utilizados pela biblioteca, assim como problemas de conectividade com o website da instituição na Internet;
- 4.7 Desenvolver, criar e manter o website da biblioteca.

#### 5 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA COLEÇÃO

- 5.1 Criar políticas de desenvolvimento de coleção que englobem todos os aspectos da missão da instituição mantenedora;
- 5.2 Tomar decisões de seleção, considerando todos os fatores relevantes, incluindo a política de desenvolvimento da coleção, diferenças entre formatos, custo de aquisição e de manutenção;
- 5.3 Avaliar as fontes de informação em todos os formatos, integrá-las de forma a satisfazer as necessidades dos usuários, descartá-las ou incorporá-las conforme o caso;
- 5.4 Compreender a aquisição e administração de uma coleção de recursos jurídicos e não-jurídicos em múltiplos formatos;
- 5.5 Garantir a otimização do arranjo e do acesso aos recursos tradicionais e eletrônicos da biblioteca;
- 5.6 Melhorar a abrangência dos serviços da biblioteca garantindo a acessibilidade às coleções e bases de dados de outras instituições através do compartilhamento de recursos;
- 5.7 Selecionar e implementar níveis apropriados da descrição catalográfica, da classificação e da indexação, considerando as necessidades da instituição e a natureza do material jurídico;
- 5.8 Criar e selecionar registros catalográficos, de acordo com os padrões nacionais e as práticas aceitas;
- 5.9 Selecionar, implementar e continuamente aperfeiçoar o sistema integrado de bibliotecas em consonância com as necessidades da instituição;
- 5.10 Aplicar práticas apropriadas de preservação à coleção da biblioteca.

#### 6 ENSINO

- 6.1 Definir as necessidades dos clientes pela observação, por conversas com clientes e colegas, e o uso de instrumentos de avaliação das necessidades;
- 6.2 Ensinar os clientes da biblioteca de forma eficaz com diferentes necessidades e diferentes níveis de conhecimento tecnológico;
- 6.3 Conhecer e aplicar os princípios da educação do adulto;

- 6.4 Estabelecer currículos e métodos em consonância com as necessidades educacionais dos clientes e avaliar a eficácia do processo educacional;
- 6.5 Ensinar ao cliente as metodologias da pesquisa jurídica;
- 6.6 Providenciar treinamento e orientação sobre a organização e o uso das fontes jurídicas em vários formatos;
- 6.7 Agir junto aos fornecedores de bases de dados comerciais para coordenar o treinamento no uso eficaz dessas ferramentas;
- 6.8 Promover o eficaz uso das novas tecnologias para recuperação da informação;
- 6.9 Preparar itens tais como bibliografias, material de treinamento, utilizando vários formatos. (INFOLEGIS, 2016, online).

Segundo a AALL (2002 *apud* PASSOS, 2009, p. 106) os bibliotecários jurídicos devem:

Estar atentos às fontes de informação, independentemente de seu suporte; saber avaliar as vantagens e desvantagens de várias fontes de informação; ser capazes de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada, independentemente do seu suporte; ter proficiência no uso de fontes de informação, sejam jurídicas ou não.

Alvin Podboy (2000 *apud* PASSOS, 2001, p. 5) enumerou quatro características que definem o bibliotecário jurídico: onipresença, a aptidão para inovar, a capacidade para ser tradicional e moderno e o talento para ser camaleão. O autor os define da seguinte forma:

Onipresente - O bibliotecário jurídico tem de ser ubíquo, estar disponível em todos os lugares ao mesmo tempo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Isso não significa estar disponível pessoalmente, mas os instrumentos que criamos precisam estar sempre disponíveis (catálogos de bibliotecas, sites na Internet). A biblioteca jurídica moderna não pode estar confinada no tempo e no espaço. Mas também não significa minimizar o valor da coleção impressa. Ao contrário, significa expandi-la. O bibliotecário moderno precisa sentir-se confortável nos dois mundos;

Inovador - Os bibliotecários precisam olhar a tecnologia disponível hoje e determinar como será usada no futuro. Inovação significa olhar de maneira diferente algo que existe. Os bibliotecários fizeram isso quando melhoram seus catálogos e redes;

Tradicional / moderno - Os bibliotecários jurídicos devem conhecer o novo e o velho. Usamos uma variedade de recursos e eliminamos os recursos desnecessários. Nós somos ying e o yang da informação;

Camaleão - A princípio pode não parecer um elogio. O profissional moderno precisa ser inconstante, no sentido de mudar e mudar rápido. Os bibliotecários não podem ficar paralisados pela perfeição. Devem assumir os riscos e os erros. (PODBOY, 2000 *apud* PASSOS, 2001, p. 5).

Ainda, Passos (2006, p. 107) acrescenta:

O bibliotecário jurídico navega em dois mundos. Precisa carregar em sua formação instrumental que facilite seu desempenho ao lidar com as fontes tradicionais de informação e com as novas tecnologias. Sua grande habilidade é saber decidir adequadamente quando usar uma ou outra. Pesquisadores, que estão ofuscados pela tecnologia, perdem tempo navegando na Internet à procura de informação que poderia ser facilmente obtida num dicionário ou mesmo numa enciclopédia ou com um telefonema.

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se a importância de uma educação continuada na área do Direito por parte do bibliotecário jurídico. Como não pode ser buscada por meio de disciplinas do curso de graduação em Biblioteconomia, parte da iniciativa do próprio profissional adquirir tais conhecimentos. Somente através desses conhecimentos é que um bibliotecário jurídico responderá de maneira eficaz as demandas informacionais dos profissionais do direito, principalmente, dos magistrados dos tribunais, que requerem subsídios à tomada de decisão dos recursos apresentados.

Por isso, as fontes de informação jurídicas “[...] desempenham uma função fundamental no desenvolvimento das ações do profissional de Direito [...]” (BARBOSA, 2012, p. 27). Cabe ao bibliotecário jurídico saber localizar as informações necessárias para servir de subsídio à tomada de decisões dos usuários, assim como encontrar as fontes de informação mais adequadas, de acordo com a demanda. Segundo Barbosa (2012, p. 28),

É necessário, portanto, possuir habilidades para criar estratégias de buscas eficazes, principalmente na Internet, onde a localização se torna mais difícil devido ao grande número de informações disponibilizadas. Destaca-se, também, a importância de o bibliotecário estar familiarizado com os termos utilizados pelos profissionais da área, bem como, com os conceitos jurídicos mais relevantes. Tais conhecimentos propiciam a eficiência e a eficácia no processo de atendimento ao usuário quanto ao fornecimento da informação adequada que depende da localização e da utilização correta dessas fontes de informação. Ressalta-se que a etapa de compreensão da demanda do consultante é o primeiro passo para proceder com a identificação e a seleção de fontes pertinentes na documentação jurídica. Dessa maneira, o profissional da área jurídica cumprirá com efetividade o seu papel perante o atendimento ao usuário. (BARBOSA, 2012, p. 28).

O avanço da tecnologia beneficiou ao campo do Direito, trazendo novas formas de organização e recuperação da informação jurídica. No Poder Judiciário, as decisões dos tribunais são armazenadas e recuperadas através de seus próprios sites e podem ser acessadas por qualquer pessoa. No entanto, exige-se dela uma habilidade que o bibliotecário jurídico deve ter, pois o grande número de documentos jurídicos e a sua diversificação dificultam o trabalho de pesquisa do usuário.

### 2.3 CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

Os órgãos e instituições públicas no Brasil têm uma forma diferente de selecionar os seus servidores, em relação ao setor privado. No serviço público o modo de investidura do profissional é por meio de concurso público, tanto na Administração Direta – que “[...] é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios), aos quais foi atribuída a competência para o exercício [...]” (ALEXANDRINO; PAULO, 2015, p. 29), e na Administração Indireta – “[...] que são as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e os consórcios públicos” (DI PIETRO, 2012, p. 479). Os tribunais que são organizações pertencentes ao Poder Judiciário, de maneira mais ampla, podem ser consideradas como órgãos da Administração Direta.

Para a admissão no serviço público, o profissional depende da realização de provas ou provas e títulos, bem como preencher os demais requisitos legais para formalização da sua investidura no cargo (CARVALHO FILHO, 2015). O requisito principal se encontra na letra da lei, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso II, onde diz que:

[...] a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 1988, online).

A obrigatoriedade da aplicação de concurso público para o ingresso em cargo ou emprego público na Administração Direta e Indireta é, de acordo com Meirelles (2000, p. 396)

[...] o meio posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Em tese, o concurso afastaria do serviço público o profissional inapto a ocupar e desempenhar o cargo de bibliotecário jurídico sem as devidas qualificações necessárias e legais. “Entende-se que o concurso garante a igualdade de oportunidade a todos os cidadãos brasileiros, pois o processo de seleção é o mesmo para todos, ou seja, é uma forma democrática e ampla de ocupação dos cargos públicos.” (LUZ, 2014, p. 40).

Contudo, nem sempre as provas contemplam questões que exigem noções de Direito, e de questões de conhecimento específico que abordam a informação jurídica, premissa importante para um bibliotecário jurídico, como já foi visto nesse texto. Sendo assim, um dos objetivos específicos dessa pesquisa é justamente identificar de maneira quantificável como as provas de concurso público para bibliotecário jurídico dos tribunais têm cobrado a disciplina de Direito.

Apesar de constar na legislação a necessidade da aplicação de provas ou de provas e títulos para a investidura no serviço público, não existe uma lei que determine a maneira como devem ser elaboradas as questões das provas. Existem somente projetos de lei, como o PL n. 252/2013, que dispõe sobre as normas gerais relativas aos concursos públicos. Também o PL n. 6.004/2014, que regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.

Não havendo uma lei específica, a elaboração das provas fica a critério das bancas organizadoras, e a elaboração das questões fica a cargo de professores universitários, contratados, ou pelos professores funcionários da banca. Geralmente, os órgãos é que determinam o conteúdo programático do concurso. Outras vezes, somente informam o perfil do profissional a ser admitido, deixando sob responsabilidade das bancas a escolha dos conteúdos. (CAVALLINI, 2008, *online*).



Conforme o *site* PCIConcursos (2016), existem 406 bancas organizadoras de concurso no Brasil, que examinam e realizam concursos federais, estaduais e municipais. No caso desse trabalho, os concursos são de jurisdição federal, pois os TRE, os TRT e os TRF têm suas alçadas nessa jurisdição. Atualmente, as principais bancas organizadoras são a Fundação Carlos Chagas (FCC); Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE); Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (CESGRANRIO); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP); Escola de Administração Fazendária (ESAF) (IOB CONCURSOS, 2015).

Cada banca examinadora possui exigências e nível de dificuldades diferentes, que atribui a elas características singulares e marcantes. As provas costumam ser de duas modalidades: objetivas ou discursivas, podendo um concurso cobrar as duas modalidades em uma mesma fase (TUDO SOBRE CONCURSOS, 2016). As provas do tipo objetiva costumam ser aplicadas com questões de múltipla escolha ou de escolha simples (certo ou errado). Nas provas de múltipla escolha cada questão possui quatro ou cinco alternativas de resposta, mas somente uma correta. (TUDO SOBRE CONCURSOS, 2016). Essa é a modalidade de provas mais cobrada pelas bancas. Nas provas de certo ou errado, de acordo com o site Tudo Sobre Concursos (2016),

[...] cada questão poderá ter vários itens correspondentes e cada item pode estar independentemente certo ou errado. Assim, se um enunciado corresponder a cinco itens é possível ter um item certo e quatro errados, dois itens certos e três errados, todos certos, todos errados e assim por diante. Nesta prova o candidato pode assinalar em cada item as opções certo, errado ou sem resposta. Quando marcada a opção sem resposta, ele não ganha nem perde pontos, ou seja, não é obrigado a chutar. Outra diferença é que neste tipo de prova o candidato costuma perder pontos por questão que erra, pois cada item errado é descontado de um certo. (TUDO SOBRE CONCURSOS, 2016, online).

Ao observar tais colocações, percebe-se que a seleção para o ingresso no serviço público, através do concurso público, tem por objetivo selecionar o candidato mais apto para desempenhar as atividades do cargo público, além da Administração Pública exercer a democracia, oferecendo a todo cidadão qualificado a igual oportunidade de fazer parte de uma instituição pública. Entretanto, até o momento desta pesquisa, as provas dos concursos públicos não possuem uma formatação

definida em lei para a elaboração das mesmas. Isso faz com a responsabilidade fique por conta das instituições e das bancas organizadoras.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho se configura como uma pesquisa básica, visto que objetiva conhecer a realidade sobre o conteúdo específico dos concursos públicos para o cargo de bibliotecário nos tribunais TRE, TRF e TRT. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), a “[...] pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto ao seu objetivo, esta pesquisa é descritiva, pois visa apresentar as características de um determinado fenômeno, isto é, as provas dos concursos. Consoante Silva e Menezes (2005, p. 21): “Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”. A pesquisa é de caráter quantitativo, em relação a sua abordagem, já que foi necessário a aplicação de técnicas estatísticas na análise dos dados, utilizando gráfico e tabelas na apresentação dos dados.

O procedimento técnico adotado é o da pesquisa documental, uma vez que o presente trabalho analisa provas de concursos públicos coletadas dos sites “Questões de Concursos” e “PCI Concursos”. Destaca-se que o estudo se limita às questões de conhecimentos específicos das provas de concurso para o cargo de Bibliotecário de tribunais. Assim, este trabalho avalia questões vinculadas a temas como Biblioteconomia e Direito. Destaca-se, também, que não são analisadas questões de língua portuguesa, matemática, informática, lógica, etc.

#### 3.1 CORPUS DE ANÁLISE

O corpus da pesquisa foi constituído de provas de concursos públicos para o cargo de bibliotecário para os tribunais no Brasil, entre os anos de 2000 até 2015. As provas dos seguintes tribunais foram analisadas: 15 Tribunais Regionais Eleitorais (TRE); 10 Tribunais Regionais Federais (TRF) e 21 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), totalizando 46 provas.

Foram coletadas 46 provas no formato de *pdf* do site “Questões de Concursos”, por meio de *download*. Como nem todas as provas estavam disponíveis para

download, por problemas técnicos, o site “PCI Concursos” também foi utilizado para a coleta das provas. O autor utilizou um quadro (Apêndice A) para identificação de cada prova dos tribunais e os respectivos anos em que as mesmas foram realizadas, bem como das bancas organizadoras dos exames.

Os dados foram coletados de maneira crescente, partindo do ano de 2000 até o ano de 2015. Assim, a apresentação das provas foi organizada em números arábicos de maneira também crescente. Os arquivos das provas foram armazenados em pastas no computador do autor e nomeadas por tribunal.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O autor desta pesquisa não encontrou na literatura nenhum parâmetro para o tratamento dos dados que dividia a Biblioteconomia em áreas e subáreas do conhecimento que fosse satisfatório aos objetivos propostos. Contudo, encontrou-se no repositório institucional Lume, da UFRGS, o TCC realizado por Juliane de Cássia Silva da Luz, no ano de 2014, com o título “Questões de concursos em Biblioteconomia: mapeamento temático”, cujo tema era semelhante, que se adequou parcialmente aos objetivos da pesquisa.

Para fazer o tratamento e análise dos dados, Luz (2014) utilizou o Projeto Pedagógico de Graduação em Biblioteconomia na modalidade a distância, encontrado no *site* do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), com algumas alterações feitas pela própria autora. Inicialmente, para esta pesquisa, a classificação proposta por Luz (2014) foi utilizada. Contudo, as questões analisadas não se encaixavam nas classificações de Luz (2014). Logo, o autor desta pesquisa percebeu a necessidade de adaptar o conteúdo do quadro de acordo com os objetivos propostos nesta pesquisa. A incompatibilidade se deu principalmente nas questões que abordavam noções de Direito e documentação jurídica, bem como na maioria das questões sobre Biblioteconomia.

O quadro foi estruturado por eixos, áreas e temas da Biblioteconomia e de noções de Direito (Apêndice B). O conteúdo foi organizado pelo autor dessa pesquisa inspirado nos Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e de acordo com os conteúdos que

foram identificados nas questões das provas ou conforme o entendimento do autor em relação à questão, quando a mesma não tinha o tema explícito. O autor não teve a intenção de fazer uma organização dos conteúdos da Biblioteconomia de acordo com algum sistema de organização do conhecimento e/ou da informação pleiteado pelo senso acadêmico, ou de qualquer outra forma científica, como, por exemplo, baseado em algum projeto pedagógico do ensino da Biblioteconomia. Tal decisão foi tomada, por entender que qualquer outra forma de organização não atingiria os objetivos dessa pesquisa.

No caso do eixo de normas técnicas, embora a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em seu site, tenha publicado atualmente 22 normas sobre o tema da Informação e Documentação, o autor optou somente por quantificar as normas que foram identificadas nas provas, totalizando, portanto, para essa pesquisa, 15 normas técnicas dentre as 46 provas analisadas.

Quanto ao Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA), esta pesquisa abordou o tema através de dois enfoques. Um enfoque analisou as questões à luz da regra que abrange todo tipo de documentação. O segundo, abordou o código na perspectiva da documentação jurídica (doutrina, legislação e jurisprudência). O mesmo ocorreu com as fontes de informação, que foi dividido em Fontes de Informação gerais e as Fontes de Informação Jurídica (diários oficiais, bases de dados jurídicos, etc.).

Quanto à análise do conteúdo sobre Direito, o autor optou por tratar de maneira mais abrangente, através de suas grandes áreas, identificados pelos seguintes eixos: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral, Direito Penal e Regimento Interno dos tribunais, que também foi tratado dentro do eixo Direito. Diversos temas foram identificados e tratados dentro do um mesmo eixo, como foi o caso das subáreas do Direito Administrativo, que seguiu a divisão encontrada na Classificação Decimal Universal (CDU). O Quadro 1, abaixo, mostra os tópicos identificados nas questões.

Quadro 1 - Tópicos do Direito Administrativo

Direito Administrativo	Lei N. 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União)
	Lei N. 8.429/1992 (Improbidade Administrativa)
	Lei N. 8.666/1993 (Licitações e Contratos)
	Lei N. 9.784/1999 (Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal)
	Lei N. 10.520/2002 (Pregão Eletrônico)
	Lei N. 11.416/2006 (Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União)
	Administração Pública
	Gestão Pública

Fonte: Autor (2016)

Finalmente, a análise dos assuntos foi efetuada pela leitura individual de cada prova, questão por questão, totalizando 2078 questões, distribuídas em 46 planilhas em arquivo de Excel, referente às 46 provas coletadas. Cada prova recebeu uma tabela em que os dados foram contabilizados. Tal quadro soma o total de cada tema que foi objeto de alguma questão, além do total de cada eixo, na qual o tema está inserido. Outro quadro, intitulado “Análise”, contém a somatória total dos 46 quadros das análises individuais, mostrando o total dos temas e dos eixos. A partir desse quadro “Análise”, o autor teve a possibilidade de identificar os temas e eixos mais abordados nas provas dos concursos realizados entre os anos de 2000 até 2015, para o cargo de bibliotecário nos tribunais de segunda instância da esfera federal.

## 4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção estão apresentados os resultados das análises da pesquisa documental realizada através das provas que ocorreram entre os anos de 2000 a 2015. No Apêndice A, são apresentados os dados relativos às provas coletadas.

Entre os anos de 2000 até 2015 foram identificadas e coletadas 46 provas. Dessas provas foi possível identificar um total de 2078 questões, dentre as quais, 1763 questões foram de Biblioteconomia, e 315 questões sobre Direito. Percebeu-se que das 46 provas, somente 11 não tinham questões com conteúdo de Direito. Isso mostra que a maioria dos exames não tiveram a intenção de selecionar um candidato para o cargo de bibliotecário jurídico que tivesse maiores conhecimentos da área do Direito, mas apenas um conhecimento básico dessa, preocupando-se, portanto, que o candidato tivesse principalmente o domínio dos conteúdos da área de Biblioteconomia. A média de questões por prova dos conteúdos pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Questões das provas de concursos para bibliotecário jurídico dos tribunais TER, TRF e TRT distribuídas por áreas ( 2000 à 2015)

	<b>Biblioteconomia</b>	<b>Direito</b>
<b>Total de questões</b>	1763	315
<b>Média de questões por prova</b>	38	7

Fonte: Autor (2016).

### 4.1 BANCAS REALIZADORAS DAS PROVAS

Através da análise das provas, pode-se perceber uma incidência significativa de determinadas bancas que têm por costume realizador os exames. Esta pesquisa não teve a preocupação de buscar entender o motivo de algumas bancas serem detentoras da realização das provas. O que se pode concluir é que essas bancas são

significativas, pelo fato de serem as únicas que preencheram os requisitos exigidos no edital de licitação de escolha para banca que realizaria os concursos. Essas exigências são determinadas pelas instituições que publicaram o certame. Através da Tabela 2, por ordem decrescente, pode-se identificar, por meio de números absolutos e de percentuais, quais bancas tiveram a responsabilidade de organizar as provas dos concursos.

Tabela 2 –Bancas que organizaram os concursos para bibliotecário jurídico dos tribunais TER, TRF e TRT(2000 à 2015)

<b>Bancas</b>	<b>Somatório das provas</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>
FCC*	34	73,91%
CESPE*	7	15,22%
CONSULPLAN	2	4,35%
FAPEU*	1	2,17%
IBFC*	1	2,17%
SUSTENTE	1	2,17%

Fonte: Autor (2016)

*\*Legenda:*

*FCC –Fundação Carlos Chagas*

*CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos*

*FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária*

*IBFC - Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação*

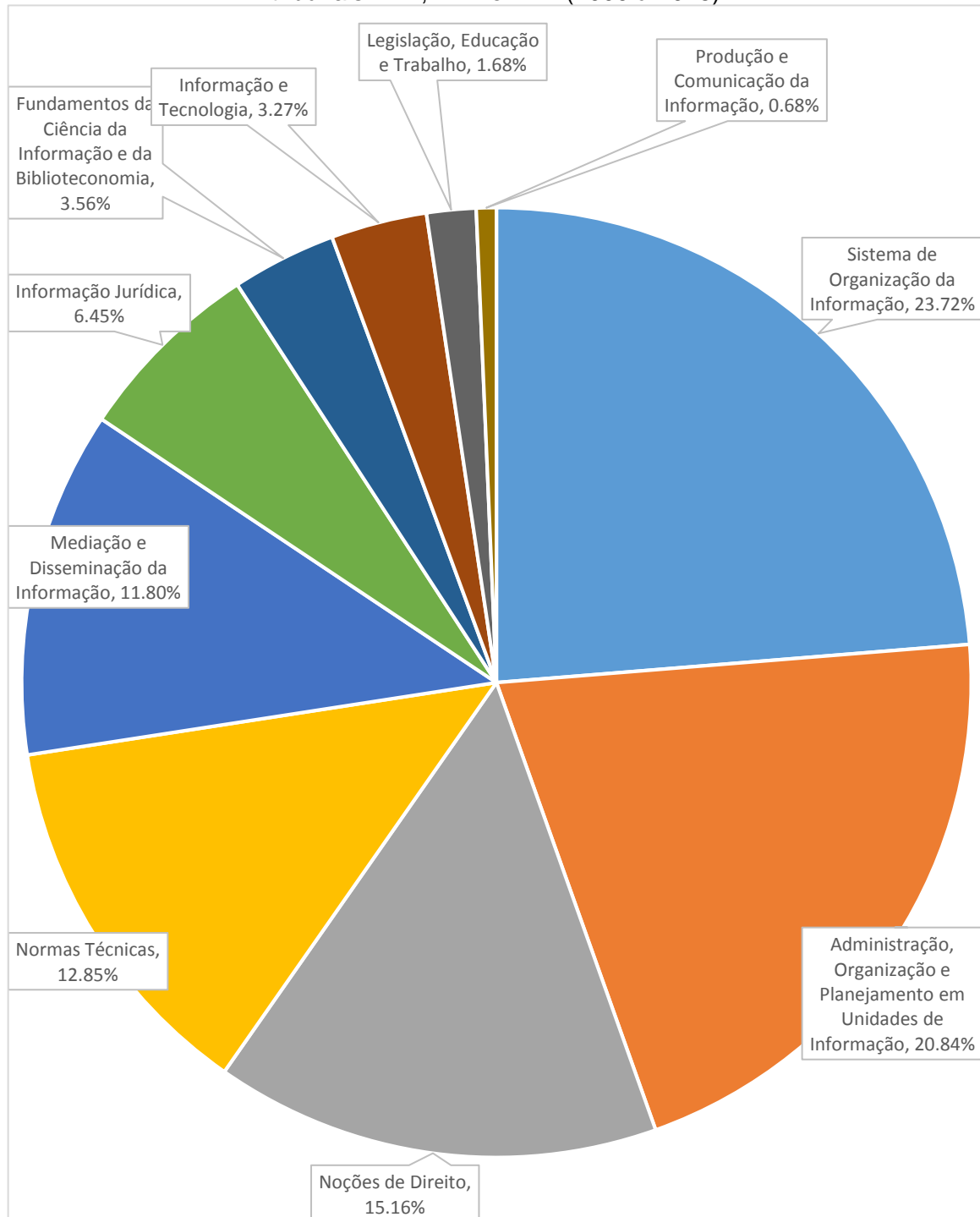
É notável que a banca que mais organizou os concursos entre 2000 e 2015 foi a FCC, com 34 provas, seguida da banca CESPE, com 7 provas, do total de 46. A FCC representa 73,91% das bancas que tem tradição de organizar provas para os tribunais TER, TRF e TRT. Para o candidato isso significa que as provas têm determinadas características. Também demonstra que os exames organizados pela FCC exigem determinadas competências do bibliotecário jurídico que trabalhará no tribunal. Competências que serão descritas mais adiante nesse trabalho.



## 4.2 EIXOS TEMÁTICOS IDENTIFICADOS NAS PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO PARA OS TRIBUNAIS

A partir da análise do conteúdo das provas coletadas foi possível realizar uma análise geral de todo o corpus documental e, em seguida, uma análise detalhada dos dez eixos temáticos identificados e organizados pelo autor da pesquisa, como se pode verificar no Apêndice B. O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de cada eixo das 46 provas.

Gráfico 1 – Eixos temáticos das 46 provas de concursos para bibliotecário jurídico dos tribunais TER, TRF e TRT (2000 à 2015)



Fonte: Autor (2016)

Através do Gráfico 1, pode-se perceber que os eixos mais abordados foram: “Sistema de Organização do Conhecimento”, com 23,72%, seguido do eixo “Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação”, com 20,84%. Infere-se a partir disso que a abordagem técnica da organização e da

representação do conhecimento e os conhecimentos de administração são muito exigidos nas provas de concursos dos tribunais.

Percebe-se, também, que as questões de Noções de Direito aparecem como o terceiro eixo mais cobrado nos concursos, representando 15,16%, embora não estejam presentes em todas as provas analisadas. Logo em seguida, aparece o eixo de Normas Técnicas, com 12,85%. Na Tabela 3, o resultado apresenta o número de questões em números absolutos correspondentes a cada eixo que foi apresentado no Gráfico 1.

Tabela 3 – Total de questões das provas de concursos para bibliotecário jurídico dos tribunais TER, TRF e TRT distribuídas por eixos ( 2000 à 2015)

<b>Eixos</b>	<b>Total de questões</b>	<b>Total %</b>
Sistemas de Organização do Conhecimento	493	23,72%
Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação	433	20,84%
Noções de Direito	315	15,16%
Normas Técnicas	267	12,85%
Mediação e Disseminação da Informação	245	11,80%
Informação Jurídica	134	6,45%
Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia	74	3,56%
Informação e Tecnologia	68	3,27%
Legislação, Educação e Trabalho	35	1,68%
Produção e Comunicação da Informação	14	0,68%
<b>Total de questões</b>	<b>2078</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autor (2016)

Entre os anos de 2000 a 2015 os assuntos mais cobrados, nas provas para bibliotecário jurídico dos tribunais TER, TRF e TRT, encaixam-se no eixo “Sistemas de Organização do Conhecimento”, com 493 questões. Em seguida o eixo “Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação”, com 433 questões. Esses resultados demonstram que o bibliotecário jurídico de tribunal deve ser um profissional que domine não só a técnica, mas também a capacidade de administrar o seu ambiente de trabalho, refletindo na qualidade de gestor de um ambiente informacional. Demonstram também que o candidato deve ter noções básicas de Direito, visto que 315 questões de “Noções de Direito” foram cobradas

nessas provas, corroborando Silva (2005) e Loureiro (2005), quando afirmam que o bibliotecário jurídico deve ter conhecimentos sobre Direito, para que assim possa gerir de maneira eficiente um ambiente jurídico informacional. A seguir, os dez eixos temáticos identificados são analisados.

#### 4.2.1 Eixo 1 - Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia

Esse eixo aborda assuntos base da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Assuntos que contêm os conceitos fundamentais para compreensão dessas áreas do conhecimento. Tal eixo foi dividido em duas áreas, “1.1 Informação, Conhecimento e Documentação”, que tratava sobre conceitos e características em relação à informação, ao conhecimento e à documentação, e “1.2 Biblioteconomia e Ciência da Informação”, que tratava sobre assuntos introdutórios da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A partir dessas duas áreas não foi necessário o desdobramento em temas, como se poderá ver mais adiante nessa pesquisa, na apresentação dos outros eixos. A Tabela 4 apresenta as questões identificadas do Eixo 1.

Tabela 4 – Eixo 1 - Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia

Áreas	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação às 2078 questões
Informação, Conhecimento e Documentação	30	40,54%	1,44%
Biblioteconomia e Ciência da Informação	44	59,46	2,12%
<b>Total de questões do eixo 1</b>	<b>74</b>	<b>100%</b>	<b>3,56%</b>

Fonte: Autor (2016).

A incidência de questões sobre a “1.2 Biblioteconomia e Ciência da Informação”, que corresponde a 44 questões, é maior do que as questões sobre “1.1 Informação, Conhecimento e Documentação”, que foram de 30 questões. Isso pode indicar que as provas tiveram a intenção de selecionar aquele candidato que tivesse

mais conhecimento a respeito da disciplina de Biblioteconomia e da Ciência da Informação com questões que abrangiam os paradigmas dessas áreas do conhecimento e não tanto sobre objeto de estudo dessas áreas.

#### **4.2.2 Eixo 2 - Sistemas de Organização do Conhecimento**

O eixo 2 foi o mais cobrado dentre as 2078 questões analisadas, com 23,72% do total, que representa 493 questões, como se pode verificar na Tabela 3. São assuntos que necessitam de mais conhecimentos técnicos por parte do bibliotecário jurídico, embora sejam assuntos que devem ser de domínio geral de todo bibliotecário, independentemente do tipo de biblioteca.

Por ser um eixo mais detalhado para se fazer uma análise, o autor subdividiu o eixo “2 Sistemas de Organização do Conhecimento” em duas grandes áreas: “2.1 Representação Descritiva” e “2.2 Representação Temática”, conforme a identificação feita nas questões no decorrer das análises das provas. A Tabela 5 apresenta as questões identificadas a respeito desses assuntos. Importante ressaltar novamente que o autor não teve intenção de promover qualquer tipo de subdivisão didática da Biblioteconomia.

Tabela 5–Eixo 2 - Sistemas de Organização do Conhecimento

Áreas	Temas	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação as 2078 questões
Representação Descritiva	Catálogo	24	4,87%	1,15%
	Catálogo cooperativa	1	0,20%	0,05%
	Catálogos	14	2,84%	0,67%
	AACR2/CCAA2	103	20,89%	4,96%
	RDA	3	0,61%	0,14%
	MARC21	36	7,30%	1,73%
	Metadados	6	1,22%	0,29%
	Dublin Core	1	0,20%	0,05%
	FRBR	6	1,22%	0,29%
Representação Temática	Indexação	87	17,65%	4,19%
	Linguagem Documentária	22	4,46%	1,06%
	Vocabulário Controlado	16	3,25%	0,77%
	Lista de Cabeçalhos	3	0,61%	0,14%
	Tesouros	21	4,26%	1,01%
	Web Semântica	3	0,61%	0,14%
	Ontologia	1	0,20%	0,05%
	Sistemas de Classificação Bibliográfica	19	3,85%	0,91%
	CDD	27	5,48%	1,30%
	CDU	99	20,08%	4,76%
	CDDir	1	0,20%	0,05%
	<b>Total</b>		<b>493</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autor (2016)

Esse eixo constitui o assunto mais significativo das 2078 questões analisadas nesta pesquisa. A área “2.1 Representação Descritiva” teve 9 temas identificados, dos quais o mais cobrado foi sobre “2.1.4 AACR2/CCA2”, com 103 questões, isto é, 20,89% do Eixo 2 e 4,93% do universo das 2078 questões. Em seguida vem o tema

“2.1.6 MARC21“, com 36 questões, 7,30% do eixo e 1,73% de todas as questões. Logo aparece “2.1.1 Catalogação“, que contabilizou 24 questões, representando 4,87% do seu eixo e 1,15% de todas as questões.

São assuntos referentes ao código para tratar os documentos informacionais, que podem ser trabalhadas com uma simples consulta ao código de catalogação. Não são temas que anseiam por grandes estudos do bibliotecário, bastando somente consultar a fonte no momento de tratar algum documento. Para que o tema se adequasse à Biblioteconomia Jurídica, as questões poderiam ter focado mais o AACR2 para informação jurídica, que, como será visto mais adiante, foi muito pouco cobrado, uma vez que é o principal tipo de informação tratada pelo bibliotecário jurídico.

Na área “2.2 Representação Temática” os temas mais frequentes foram sobre classificação bibliográfica, “2.2.10 CDU”, com 99 questões, 20,08% do eixo e 4,76% do total das questões, “2.2.1 Indexação”, com 87 questões, 17,65% do eixo e 4,19% do total; e “2.2.9 CDD”, com 27 questões, 5,48% do eixo e 1,30% do total. Em seguida, vêm as questões de “2.2.2 Linguagem Documentária”, com 22 questões, 4,46% do eixo e 1,06% do total; e “2.2.5 Tesouros”, com 21 questões, 4,26% do eixo e 1,01% do total.

A partir disso é possível deduzir que as provas, durante esses 15 anos, tiveram a intenção de selecionar bibliotecários capazes de tratar a informação da maneira mais tecnicista. No Brasil a área do Direito produz grandes quantidades de informações jurídicas a partir dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cujas leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, jurisprudências, entre outros documentos jurídicos, são produzidos, gerando um acúmulo de informações.

O segundo e o terceiro temas mais cobrados do eixo 2 estão diretamente ligados, porque a Indexação e a CDU são linguagens documentárias utilizadas para fazer a representação temática dos documentos jurídicos. Para que a recuperação da informação nas tomadas de decisões dos profissionais do Direito seja eficaz, torna-se importante que o bibliotecário jurídico tenha as competências necessárias para saber tratar de maneira correta e eficiente as informações jurídicas. De acordo com a AALL (*apud* PASSOS, 2009, p. 106), os bibliotecários jurídicos, entre outras competências, “devem ser capazes de organizar a informação [jurídica] para que possa ser localizadas e utilizadas, independentemente do seu suporte”. Sendo assim, não basta

apenas que a informação esteja disponível, ela precisa também estar organizada e acessível de maneira eficiente, sem os quais não será recuperada de maneira eficaz.

Nesse contexto, é de suma importância que o profissional seja capaz de organizar essas informações de modo que possam ser recuperadas facilmente por qualquer usuário, por isso “[...] faz-se necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz todos esses documentos. Facilitando sua pesquisa e utilização pelos profissionais da área jurídica [...]” (SILVA, 2005, p. 23).

Contudo, com o surgimento da internet e das tecnologias da informação, paradoxalmente, as questões das provas não acompanharam essa evolução, que deveria ser natural. Ao passo que a técnica de organização da informação foi muito exigida nas questões, os novos formatos e métodos de catalogação, que acompanham a evolução tecnológica, não foram cobrados de maneira relevante. Percebe-se isso nas quantidades irrisórias de questões sobre esse assunto, em que o Dublin Core teve somente uma questão, enquanto o tema Metadados foi contemplado em 6 questões cobradas durante os anos de 2000 e 2015.

O *Resource Description and Access* (RDA) - a não tão nova norma de catalogação - que veio para substituir o AACR2/CCAA2, foi projetada para acompanhar as exigências de descrição dos novos suportes de informações de ambientes digitais (OLIVER, 2011), teve somente três questões, enquanto foram identificadas 103 questões sobre o AACR2/CCAA2, o qual contempla suportes físicos.

Com a evolução das novas tecnologias da informação, a organização temática da informação em ambiente web também se adequou, com o aprofundamento de estudos sobre ontologias e a Web Semântica. Todavia, o mesmo não ocorreu com os concursos públicos, já que somente uma questão de Ontologia e três sobre Web Semântica foram cobradas no ínterim de 2000 a 2015.

Talvez a justificativa seja o fato de que as bibliotecas dos tribunais não estejam ainda adequadas a essas novas tecnologias, o que é no mínimo estranho. Dos tipos de bibliotecas existentes, a biblioteca jurídica de instituição pública é a que conta com mais investimentos por parte da instituição da qual está subordinada.



### 4.2.3 Eixo 3 - Legislação, Educação e Trabalho

Esta seção trata de um dos eixos menos representativos desta pesquisa, classificado em nono dentre os dez eixos. Com apenas 35 questões do total, representando 1,68% desse universo, o Eixo 3 não foi um assunto que mereceu muita importância para as bancas realizadoras dos concursos. O tema que recebeu mais atenção nesse eixo foi sobre Direito Autoral, cujas normas são dadas pela Lei N. 9.610/98, que obteve 10 questões, com 28,58% do Eixo 3 e 0,48% das 2078 questões. A Tabela 6, logo abaixo, elenca a classificação das questões do Eixo 3.

Tabela 6 – Eixo 3 – Legislação, Educação e Trabalho

Áreas	Temas	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação às 2078 questões
Educação e Trabalho	Formação e Atuação Profissional	6	17,14%	0,29%
	Entidades e Eventos da área de Biblioteconomia	7	20%	0,34%
Legislação	Ética Profissional	6	17,14%	0,29%
	Lei N. 4084/62	2	5,71%	0,10%
	Lei N. 9.674/98	3	8,57%	0,14%
	Lei N. 9.610/98	10	28,58%	0,48%
Saúde no Trabalho	Ergonomia	1	2,86%	0,05%
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>100%</b>	<b>1,68%</b>

Fonte: Autor (2016)

Um detalhe importante do Eixo 3 é o tema “3.3.1 Ergonomia”, que obteve somente uma questão das 2078 questões analisadas. Infere-se disso que a Ergonomia não é tida, pelas bancas organizadoras dos concursos, como uma atribuição do profissional da Biblioteconomia, talvez pelo fato de a atribuírem ao domínio de outras profissões, como da Arquitetura e de algumas engenharias. Tal premissa não é aceita pelos estudiosos da Biblioteconomia. Um exemplo disso é o entendimento da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, que tem

em sua grade curricular do curso a disciplina de Gestão de Ambientes em Unidades de Informação, que possui o ensino da Ergonomia em sua súmula.

O tema “3.1.2 Entidades e Eventos da área de Biblioteconomia”, obteve sete questões, com 20% do eixo e 0,34% de representação de todas as 2078 questões. As questões abordavam as entidades de classe do profissional do bibliotecário, como o Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais, ou ainda questões sobre eventos, seminários, congressos, etc. relacionados à Biblioteconomia.

O Eixo 3 tem destaque nas questões que cobravam sobre as legislações da profissão de bibliotecário. A Lei nº 4.084, de 30 de junho 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, com apenas duas questões, e a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências, contando com três questões. Outro destaque sobre legislação ficou a cargo das questões sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, contendo seis questões. Depreende-se que o Eixo 3 não foi uma área que mereceu maiores atenções por parte dos candidatos que objetivavam ser bibliotecários jurídicos dos tribunais para os quais prestaram concursos.

#### **4.2.4 Eixo 4 - Produção e Comunicação da Informação**

A Tabela 7 apresenta o resultado de questões cobradas do Eixo 4. São áreas da Biblioteconomia que tiveram menos assuntos identificados, contando apenas com 14 questões das 2078, representando 0,68%. Tanto a área “4.1 Bibliometria, Cientometria, Infometria”, quanto área “4.2 Comunicação Científica” tiveram sete questões.

Tabela 7 – Eixo 4 - Produção e Comunicação da Informação

Área	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação as 2078 questões
Bibliometria, Cientometria, Infometria	7	50%	0,34%
Comunicação Científica	7	50%	0,34%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>	<b>0,68%</b>

Fonte: Autor (2016).

De certa forma é compreensível esse baixo índice de questões, visto que tradicionalmente são assuntos mais pertinentes às bibliotecas universitárias e especializadas, não sendo de muita relevância para as bibliotecas jurídicas.

#### 4.2.5 Eixo 5 - Informação e Tecnologias

Há muito tempo que a tecnologia é uma realidade no cotidiano de qualquer segmento da vida, senão na maioria. As tecnologias digitais provocaram mudanças na forma de organizar a informação, dessa forma as bibliotecas foram obrigadas a se adequarem a essa demanda. Por isso se faz importante que o bibliotecário tenha conhecimentos sobre tecnologias da informação, para poder tratar a informação que é disseminada na biblioteca onde atua. Contudo, a Tabela 8 demonstra que as bancas não tiveram essa preocupação.

Tabela 8 – Eixo 5 – Informação e Tecnologia

Área	Tema	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação as 2078 questões
	Bibliotecas Virtuais, Digitais e Eletrônicas	8	11,76%	0,38%
Tecnologias de informação	Automação / Interoperabilidade / Proctolos	22	32,35%	1,06%
	Repositórios Digitais	2	2,94%	0,10%
	Documentos Eletrônicos	5	7,35%	0,24%
	Software para Bibliotecas	12	17,65%	0,58%
	Redes e Sistemas de Informação Cooperativa	16	23,53%	0,77%
	Preservação Digital	3	4,41%	0,14%
	<b>Total</b>		<b>68</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autor (2016)

O Eixo 5 ficou com somente 68 questões das 2078 analisadas, com representatividade bem abaixo do que se poderia esperar, com 3,27%, ficando em oitavo dentre os dez eixos identificados. Sobre tecnologia da informação o tema mais cobrado foi sobre “5.1.2 Automação/Interoperabilidade/Proctolos”, com 22 questões, 32,35% referente ao eixo e 1,06% do total das 2078 questões.

#### 4.2.6 Eixo 6 - Mediação e Disseminação da Informação

A mediação e a disseminação da informação são as principais funções do bibliotecário frente aos seus usuários, independente da tipologia da biblioteca. A Tabela 9 que se refere ao eixo 6 apresenta as questões relacionadas a essas funções do bibliotecário.

Tabela 9 –Eixo 6 – Mediação e Disseminação da Informação

<b>Tema</b>	<b>Nº de questões</b>	<b>Porcentagem em relação ao Eixo</b>	<b>Porcentagem em relação as 2078 questões</b>
Serviço de Referência e Informação	71	28,98%	3,42%
Estudo de usuário	29	11,84%	1,40%
Sistemas de Intercâmbio entre Bibliotecas	2	0,81%	0,10%
COMUT	2	0,81%	0,10%
Fontes de Informação	44	17,96%	2,12%
Controle Bibliográfico	9	3,67%	0,43%
Bibliografias	22	8,98%	1,06%
Disseminação Seletiva da Informação (DSI)	13	5,31%	0,63%
Banco e Base de Dados	35	14,29%	1,68%
Recuperação da Informação	18	7,35%	0,87%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>	<b>11,80%</b>

Fonte: Autor (2016)

A incidência de questões do eixo 6 foram de 245 questões, o que representa 11,80% de todas as questões identificadas, sendo o quinto eixo mais cobradas entre os dez analisados. O tema “6.1 Serviço de Referência da Informação” foi o mais cobrado com 71 questões, sendo 28,98% do eixo, e 3,42% das 2078 questões. O serviço de referência e informação é responsável por fazer com que a informação chegue até quem precisa da informação. No caso da biblioteca jurídica quem mais necessita da informação jurídica é o profissional do Direito, no caso dos tribunais, os juízes e assessores da primeira e segunda instância. Conforme dito antes,

O operador do direito, ao buscar os serviços da biblioteca, o faz movido pela angústia de ter de debelar o conflito para o qual foi acionado. Imbuído desse estado de espírito, não é raro observar que ele procura a biblioteca não apenas para localizar as informações de que carece, mas também com a expectativa de que, ao demandar a colaboração do bibliotecário, possa encontrar neste o conhecimento e

a percepção indispensáveis para que se instale o processo de interação entre ambos. (LOUREIRO, 2005, p. 1).

A partir da necessidade e demanda informacional desse público, a biblioteca jurídica necessita de um bibliotecário que preste o serviço de referência e informação com qualidade, justificando questões a esse respeito nas provas dos concursos públicos, pois exige do candidato estudo sobre o serviço de referência e informação.

O segundo tema mais cobrado do eixo 6 foi “6.5 Fontes de Informação”, com 44 questões, que representa 17,96% do eixo e 2,12% do total das 2078 questões. As questões relacionadas a esse tema abrangem todos os tipos de bibliotecas, não somente às bibliotecas jurídicas. É um tema que está diretamente ligado ao serviço de referência e informação, já que o bibliotecário só conseguirá satisfazer as necessidades informacionais dos usuários, se ele souber recuperar as informações necessárias para as tomadas de decisões, pois configura como um dos serviços prioritários de qualquer unidade de informação (SILVA; DIB, 2004).

O tema “6.9 Banco e Base de Dados”, com 35 questões, se refere a 14,29% do eixo 6 e 1,68% das 2078 questões. É importante que o bibliotecário jurídico tenha conhecimentos sobre os tipos e características das bases e bancos de dados, pois ele precisa saber quais informações poderá obter nesses locais, poupando tempo do usuário.

O estudo de usuário aparece com 29 questões aplicadas nas provas. Isto mostra certa incoerência se comparado com o número de questões sobre o serviço de referência e informação. São temas que se relacionam, assim como o tema sobre formação e desenvolvimento de coleções. O bibliotecário precisa saber qual público a sua biblioteca atenderá, para oferecer o melhor serviço possível aos seus usuários. Portanto, o estudo de usuário é essencial para cumprir esse objetivo.

#### **4.2.7 Eixo 7 - Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação**

O eixo 7 contempla os temas da área de gestão e administração de uma unidade de informação. A administração de uma biblioteca jurídica não difere muito

da administração de outros tipos de bibliotecas, pois todas elas necessitam de um bibliotecário que consiga administrar o ambiente de maneira eficaz e eficiente. Exige-se desse profissional, capacidade de planejamento para determinar objetivos que estejam em consonância com os objetivos da instituição ao qual a biblioteca está subordinada. (ALMEIDA, 2005). A Tabela 7 representa as questões identificadas desse eixo.

Tabela 10 – Eixo 7 - Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação

Tema	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação as 2078 questões
Administração Geral	15	3,46%	0,72%
Administração e Planejamento de Bibliotecas	227	52,42%	10,92%
Avaliação de Serviços de Bibliotecas	13	3%	0,63%
Gestão de Qualidade	9	2,08%	0,43%
Gestão do Conhecimento e da Informação	8	1,85%	0,38%
Marketing em Ciências da Informação	34	7,85%	1,64%
Formação e Desenvolvimento de Coleções	116	26,79%	5,58%
Preservação, Conservação e Restauração	6	1,39%	0,29%
Gestão Documental	5	1,15%	0,24%
<b>Total</b>	<b>433</b>	<b>100%</b>	<b>20,84%</b>

Fonte: Autor (2016)

A questão mais cobrada do eixo 7 foi também a mais cobrada dentre as 2078 questões identificadas. O tema “7.2 Administração e Planejamento de Bibliotecas”, obteve 227 questões, com representatividade de 52,42% do eixo, significando 10,92% das 2078 questões. A incidência desse tipo de questão é pertinente ao bibliotecário

jurídico também, pois são temas de competências básicas a todos os bibliotecários, que devem colocar em prática as técnicas de administração e planejamento em suas unidades de informação. Reduzindo-se o

[...] grau de incerteza dentro da organização, limitam-se ações arbitrárias, diminuem-se riscos ao mesmo tempo em que se dá rentabilidade máxima aos recursos, tira-se proveito de oportunidades, com a melhoria da qualidade de serviços e produtos, e garante-se a realização dos objetivos visados. (ALMEIDA, 2004, p. 2).

O bibliotecário, como coordenador de uma unidade de informação, trabalha em conjunto com sua equipe para atingir as metas determinadas pela biblioteca, que estão sempre em consonância com os objetivos estipulados pela instituição na qual a biblioteca faz parte. Os resultados são atingidos por meio do gerenciamento de recursos tecnológicos, financeiros, físicos e humanos. Aplicando essas habilidades no âmbito de uma biblioteca jurídica, o bibliotecário

[...] deve ter conhecimento das teorias da administração para poder enquadrá-las e aplicá-las nas situações diversas, tanto nos processos de Planejamento Estratégico e no desenvolvimento da unidade de informação com recursos tecnológicos, como nas atividades pertinentes para a condução da equipe de trabalho. (SILVA, 2004, p. 46)

O segundo tema mais cobrado do eixo 7 foi o “7.7 Formação e Desenvolvimento de Coleções”, com 116 questões, sendo 26,79% do eixo e 5,58% das 2078 questões. Tratam-se de questões que abordam todo o processo de desenvolvimento de coleções, como o estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento, descarte e avaliação do acervo da biblioteca na qual ingressará o candidato aprovado. Uma política de desenvolvimento de coleções não se torna eficiente sem o devido planejamento do bibliotecário. Figueiredo diz que (1998, p. 92)

Para bem desempenhar suas funções o bibliotecário deve estabelecer princípios de seleção e aquisição que variam conforme o tipo de biblioteca, o ambiente, as circunstâncias e o momento histórico. Como esses princípios traduzem as filosofias e diretrizes das instituições, devem ser flexíveis e atualizáveis ao se descrever as políticas atuais da coleção, os assuntos de interesse, os níveis de profundidade, a abrangência e a cobertura das coleções.



As bibliotecas jurídicas têm como usuários típicos os juízes, desembargadores, legisladores, servidores públicos, alunos do curso de Direito, advogados, entre outros (PASSOS, 2002). O elevado número de questões sobre desenvolvimento de coleções é justificado, conforme Miranda (2004, p. 139)

As bibliotecas jurídicas devem estar organizadas visando à satisfação de necessidades informacionais específicas desse público. Nesses termos, as mesmas devem possuir um bom planejamento no desenvolvimento de coleções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados para satisfazer seu público específico.

O Direito, por se tratar de uma área com ampla produção literária, exige do bibliotecário jurídico muita atenção no desenvolvimento de coleções. No tocante à doutrina, é importante o bibliotecário jurídico estar atento às novas publicações e suas atualizações, sabendo sempre avaliar as coleções já existentes e analisar as possíveis necessidades de descartes. Mesmo que uma informação jurídica não seja utilizada com frequência, não significa que ela perdeu a sua eficácia (PASSOS, 1994). Segundo López-Muñiz (1984 *apud* PASSOS, 1994, p. 364)

[...] a informação jurídica tem uma validade quase permanente, interessando ao jurista não apenas a última que foi publicada, a que foi legislada, mas também a anterior, ainda que a revogação de uma norma legal deixe sem efeito essas disposições, seus preceitos serão aplicáveis àqueles atos jurídicos que tenham nascido sob a sua vigência, e portanto a eficácia perdura além da própria revogação. Daí que não se pode prescindir de documentos jurídicos sob o pretexto da antigüidade.

#### **4.2.8 Eixo 8 - Normas Técnicas**

A Tabela 11 apresenta as questões identificadas com o tema da normatização. São normas técnicas mais utilizadas pela Biblioteconomia, independente da tipologia da biblioteca.

Tabela 11 – Eixo 8 – Normas Técnicas

Tema	Nº de questões	Porcentagem em relação ao Eixo	Porcentagem em relação as 2078 questões
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	8	3%	0,38%
NBR 6021 (Publicação Periódica)	2	0,75%	0,10%
NBR 6022 (Aprest. Elem.Art.Publ.Periódico)	3	1,12%	0,14%
NBR 6023 (Referências)	107	40,07%	5,15%
NBR 6028 (Resumos)	52	19,48%	2,50%
NBR 6027 (Sumário)	9	3,37%	0,43%
NBR 6029 (Livros e Folhetos)	7	2,62%	0,34%
NBR 6032 (Abreviações...)	16	5,99%	0,77%
NBR 6034 (Índice)	15	5,62%	0,72%
NBR 10518 (Guia de Unidades de Informação)	9	3,37%	0,43%
NBR 10520 (Citações)	20	7,49%	0,96%
NBR 10719 (Relatórios)	2	0,75%	0,10%
NBR 12676 (Indexação)	6	2,25%	0,29%
NBR 14724 (Trabalhos Acadêmicos)	9	3,37%	0,43%
ISO 2709 (Format for Information Exchange)	2	0,75%	0,10%
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>100%</b>	<b>12,85%</b>

Fonte: Autor (2016)

O eixo 8 ficou em quarto lugar entre os dez eixos identificados, com um total de 267 questões sobre normas técnicas. Analisando os resultados, percebe-se que não houve uma equidade na distribuição das normas entre as questões. Duas são as normas que mais se destacaram entre as 267 questões. Em primeiro lugar destaca-se a “8.4 NBR 6023 (Referências)”, com 107 questões, 40,07% do eixo, representando 5,15% das 2078 questões. Questões como essa buscavam saber o conhecimento do

bibliotecário jurídico quanto aos elementos, sua ordem e de que maneira se deve fazer as referências das informações originadas das fontes de informação.

O conhecimento acerca da norma técnica sobre referência não é uma qualidade específica do bibliotecário jurídico, mas sim de todos os bibliotecários. A prática desse conhecimento se dá no serviço de referência e informação aos usuários da biblioteca, quando necessitam de orientação quanto à normatização de seus trabalhos acadêmicos, no caso dos estudantes, ou quando necessitam normatizar suas produções intelectuais para submeter a um periódico, no caso dos profissionais do Direito, por exemplo.

Em segundo aparece a norma “8.5 NBR 6028 (Resumos)”, com 52 questões, 19,48% do eixo, sendo 2,50% das 2078 questões. Embora tenha ficado em segundo lugar e representando somente a metade de questões em relação ao tema mais cobrado, a norma NBR 6023, o domínio do resumo parece ser mais importante para o bibliotecário jurídico do que a memorização de regras para referenciar fontes informacionais. O resumo está ligado à representação temática, mais diretamente à indexação, o que torna muito importante para recuperação da informação jurídica, tornando-se relevante para a tomada de decisões no âmbito dos tribunais, pois como foi visto é produzido em larga escala.

#### **4.2.9 Eixo 9 - Informação Jurídica**

Esta subseção apresenta as questões identificadas sobre informação jurídica. São temas de muita importância para o bibliotecário jurídico de acordo com a literatura. Contudo, ao analisar o número de questões, verifica-se que essa importância não foi a mesma dada pelas bancas organizadoras ao realizarem as questões das provas. Tal constatação pode ser vista na Tabela 12, logo abaixo.

Tabela 12 – Eixo 9 – Informação Jurídica

<b>Tema</b>	<b>Nº de questões</b>	<b>Porcentagem em relação ao Eixo</b>	<b>Porcentagem em relação as 2078 questões</b>
Documentação Jurídica	57	42,54%	2,74%
Fontes de Informação Jurídica	64	47,76%	3,08%
AACR2/CCAA2 de Informação Jurídica	13	9,70%	0,63%
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>	<b>6,45%</b>

Fonte: Autor (2016).

O eixo 9 sobre Informação Jurídica obteve somente 134 questões, representando 6,45% do universo de 2078 questões, classificando-se em sexto lugar dentre os dez eixos analisados. Três temas foram identificados. O mais cobrado foi “9.2 Fontes de Informação Jurídica”, com 64 questões, sendo 47,76% do eixo, e 3,08% do total de 2078 questões. Em seguida “9.1 Documentação Jurídica”, com 57 questões, 42,54% do eixo, e 2,74% do total. Logo, “9.3 AACR2/CCAA2 de Informação Jurídica”, 13 questões, 9,70% do eixo, e do total. 0,63%.

Segundo Barros (2004, p. 209), “[...] as fontes de informação jurídica desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das ações do profissional do Direito.”, ou seja, o acesso a essas fontes são indispensáveis para realização de suas atividades profissionais e, conseqüentemente na sua tomada de decisões. O autor acrescenta ainda que “[...] as fontes de informação jurídica podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços de informações, base de dados, etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca.” (BARROS, 2004, p. 209).

A AALL estabelece que o bibliotecário jurídico deve sempre estar atento às fontes de informação, nos seus diversos suportes. Ele deve saber avaliar as vantagens e desvantagens dos vários tipos de fontes de informação e ter proficiência no uso de fontes de informação, principalmente as jurídicas. O grande número de documentos jurídicos - independente do tipo e suporte – gera dificuldades para o trabalho de pesquisa dos usuários. “O bibliotecário jurídico com seu treinamento e experiência pode rapidamente encurtar o tempo de busca indo diretamente às fontes

mais promissoras.” (AALL, 2002 apud PASSOS, 2009, p. 106). Atualmente essas fontes estão disponíveis na internet, facilitando ainda mais a recuperação da informação jurídica.

Entretanto, o importante, de acordo com Passos (2009, p. 2012), para o bibliotecário não “[...] é memorizar as centenas de sites jurídicos existentes na internet, mas sobretudo saber da existência dos mais importantes para a ocasião adequada, valendo-se da confiabilidade que seus mecanismos de busca proporciona [...]” Portanto, o bibliotecário jurídico deve saber onde encontrar a informação jurídica conforme a necessidade informacional do seu usuário, sabendo o que cada uma das fontes de informação jurídica pode e têm a oferecer.

Atualmente essas informações jurídicas estão organizadas e armazenadas em fontes de informação em ambientes web, além das fontes impressas, como os diários oficiais (federal, estaduais e municipais); o LExML, portal especializado em informação jurídica legislativa do Brasil; a BDJur, biblioteca digital jurídica; as bases de dados de jurisprudência dos tribunais no Brasil; banco de dados das editoras que armazenam seus periódicos; motores de buscas, etc. Esses são apenas alguns exemplos de fontes de informações os quais o bibliotecário jurídico deve saber manusear a fim de buscar as informações demandadas pelos usuários de uma biblioteca jurídica. Ele deve saber o que cada uma oferece e como manusear todas elas.

Por isso que, segundo Podboy (2000 apud PASSOS; BARROS, 2009, p. 107), o bibliotecário jurídico deve possuir as características de onipresença para “sentir-se confortável nos dois mundos”, tanto no físico como no digital; de aptidão para inovar, estando atento às novas tecnologias; capacidade de ser tradicional e moderno, para saber lidar com o novo e o velho, decidindo de maneira adequada quando utilizar um ou outro.

O tema “9.1 Documentação Jurídica”, que teve 57 questões identificadas é um assunto de muita importância para o bibliotecário jurídico, embora essa importância não esteja refletida nas provas, pois nota-se o baixo índice de questões dentre as 2078. É importante que o bibliotecário jurídico saiba diferenciar os diversos tipos de documentação jurídica, pois é a partir dessa diferenciação que o bibliotecário saberá o que cada tipo de documento pode oferecer, de acordo com as necessidades informacionais dos usuários, pois o bibliotecário jurídico é o “[...] profissional que

facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente.” (PASSOS, 2001, p. 1).

No tocante à catalogação de documentos jurídicos, o tema “9.3 AACR2/CCAA2 de Informação Jurídica” teve também uma baixa incidência, com apenas 13 questões. Embora o eixo mais cobrado das 2078 questões, em que se baseia essa pesquisa, tenha sido o sistema de organização do conhecimento, e ainda que o AACR2 tenha tido 103 questões cobradas, o mesmo não se viu com a catalogação de fontes de informação jurídica. Percebe-se disso que as provas tiveram ênfase nos documentos de maneira geral, não focado na documentação jurídica, mesmo que os concursos tenham sido para bibliotecas jurídicas.

#### 4.2.10 Eixo 10 - Noções de Direito

Um dos objetivos desta pesquisa é o de identificar o número de questões sobre a área do Direito, pois uma das qualidades do bibliotecário jurídico, segundo Passos e Barros (2009, p. 110), são “[...] os conhecimentos específicos da sua área de atuação, ou seja, do direito [...]”. A Tabela 13, abaixo, apresenta o número de questões identificadas que se encaixam no eixo 10 sobre noções de direito.

Tabela 13 – Eixo 10 – Noções de Direito

<b>Tema</b>	<b>Nº de questões</b>	<b>Porcentagem em relação ao Eixo</b>	<b>Porcentagem em relação às 2078 questões</b>
Direito Constitucional	60	19,05%	2,89%
Direito Administrativo	182	57,78%	8,76%
Direito Eleitoral	18	5,71%	0,87%
Direito do Trabalho	11	3,49%	0,53%
Direito Penal	4	1,27%	0,19%
Regime Interno do tribunal	40	12,70%	1,92%
<b>Total</b>	<b>315</b>	<b>100%</b>	<b>15,16%</b>

Fonte: Autor (2016)

O eixo Noções de Direito contabilizou 315 questões, representando 15,16% de todas as questões analisadas, ficando, portanto, em terceiro lugar dentre os dez eixos identificados. Apesar de a quantidade de questões do eixo ser relevante dentre as 2078, apenas um tema foi muito cobrado, o de "10.2 Direito Administrativo", com 182 questões, 57,78% do eixo e 8,76% das 2078 questões. Neste caso, foram questões de legislação que tinham mais relação com a função de servidor público do que com a documentação jurídica, ou outra relação com a atuação do bibliotecário jurídico com a biblioteca jurídica.

Muito atrás no eixo, aparece em segundo lugar o tema "10.1 Direito Constitucional", com 60 questões, 19,05% do eixo e 2,89% das 2078 questões. Esse tema tratava a respeito dos direitos sociais e fundamentais individuais e coletivos do cidadão brasileiro, além de questões relacionadas ao Poder Judiciário. Questões de muita relevância para Biblioteconomia Jurídica, pois conforme Loureiro (2005, p. 3) "Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico [...]. Loureiro (2005, p. 3) acrescenta, ainda, que

A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário.

O entendimento do sistema jurídico e administrativo do Brasil se dá a partir de conhecimentos sobre o direito constitucional, o que torna pertinente as questões que abordem esse tema. Contudo, nota-se o baixo número de questões a respeito da Constituição do Brasil, levando o entendimento de que para os tribunais TRE, TRF e TRT essa compreensão não é muito importante para o desempenho das atividades de bibliotecário jurídico de suas instituições, contrariando o peso de importância dada pela literatura sobre Biblioteconomia Jurídica.

O tema "10.6 Regime Interno do tribunal" aparece em terceiro lugar no eixo 10, com 40 questões, com 12,70% do eixo, representando 1,92% das 2078 questões. São questões que exigiam do candidato prévio entendimento do conjunto de regras que regulamenta o funcionamento de um determinado tribunal. Entretanto, não se vê na

literatura da Biblioteconomia Jurídica autores que citam a importância do conhecimento de regimentos internos para formação do bibliotecário jurídico. Pode-se inferir uma certa compreensão a respeito disso, visto que cada tribunal pode regimentar regras diferentes e específicas a sua realidade, assim como qualquer outra instituição, jurídica ou não.

#### 4.3 TEMAS MAIS COBRADOS NAS PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO PARA OS TRIBUNAIS

Com a intenção de apresentar de maneira mais clara os temas mais cobrados pelos concursos públicos, para o cargo de bibliotecários jurídicos, nos tribunais do Brasil, a Tabela 14 elenca de maneira decrescente, os vinte temas que foram identificados e, portanto, mais cobrados entre os anos de 2000 a 2015.



Tabela14 – 20 Temas mais cobrados

Posição	Temas	Nº de questões
1	Administração e Planejamento de Bibliotecas	227
2	Direito Administrativo	182
3	Formação e Desenvolvimento de Coleções	116
4	ABNT NBR 6023 (Referência)	107
5	AACR2/CCAA2	103
6	CDU	99
7	Indexação	87
8	Serviço de Referência e Informação	71
9	Fontes de Informação Jurídica	64
10	Direito Constitucional	60
11	Documentação Jurídica	57
12	ABNT NBR 6028 (Resumo)	52
13	Biblioteconomia e Ciência da Informação	44
14	Fontes de Informação	44
15	Regime Interno do Tribunal	40
16	MARC21	36
17	Banco e Base de Dados	35
18	Marketing em Ciência da Informação	34
19	Informação, Conhecimento e Documentação	30
20	Estudo de Usuário	29

Fonte: Autor (2016).

Desses vinte temas mais cobrados, quatro temas pertencem ao Eixo 2 – Sistemas de Organização do Conhecimento. Também com quatro temas aparece o Eixo 6 – Mediação e Disseminação da Informação. Em seguida com três temas identificados, ambos estão o Eixo 7 – Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação e o Eixo 10 – Noções de Direito. Já com dois temas estão o Eixo 8 – Normas Técnicas, o Eixo 9 – Informação Jurídica e o Eixo 1 – Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A partir dessas informações compreende-se que o bibliotecário jurídico deve ser um profissional completo,

mesclando diversas qualidades para que seja capaz de atuar em uma biblioteca jurídica de tribunal de maneira eficiente, efetiva e eficaz.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo precípua a identificação dos conteúdos sobre Biblioteconomia e de Direito nas provas de concursos públicos para o cargo de bibliotecário jurídico das bibliotecas dos tribunais de segunda instância do Poder Judiciário do Brasil. O corpus foi obtido através dos downloads de provas de concursos realizados pelos tribunais entre os anos de 2000 a 2015, que foram retirados do site PCI Concursos e do site Questões de Concursos. Para que o objetivo principal desse trabalho fosse atingido, foram analisadas todas as provas ocorridas no ínterim desses quinze anos.

Foram coletadas e analisadas 46 provas separadamente, totalizando 2078 questões, dentre as quais foram identificadas 1763 questões sobre Biblioteconomia e 315 questões sobre Direito. A partir da análise detalhada de todas as 2078 questões, foi possível identificar os assuntos cobrados nas provas. Com isso o autor identificou dez eixos temáticos, livremente baseado nos Grupos de Trabalho existentes no site da ANCIB. É importante realçar que o presente trabalho não teve a intenção de propor qualquer tipo de classificação dos temas existentes na área de Biblioteconomia. Portanto, a categorização dos eixos, suas áreas e, conseqüentemente, os temas não foram baseados em nenhum projeto pedagógico ou grade curricular da área da Biblioteconomia.

O principal objetivo desse trabalho – a identificação dos conteúdos de Biblioteconomia e de Direito nas provas de concursos públicos para o cargo de bibliotecário nos tribunais do Brasil – foram alcançados. Dentre as 2076 questões analisadas, identificou-se que 493 questões foram do eixo “Sistemas de Organização do Conhecimento”, representando 23,72%; 433 questões do eixo “Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação”, representando 20,84%; 315 questões do eixo “Noções de Direito”, representando 15,16%; 267 questões do eixo “Normas Técnicas”, representando 12,85%; 245 questões do eixo “Mediação e Disseminação da Informação”, representando 11,80%; 134 questões do eixo “Informação Jurídica”, representando 6,45%; 74 questões do eixo “Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia”, representando 3,56%; 68 questões do eixo “Informação e Tecnologia”, representando 3,27%; 35 questões do eixo

“Legislação, Educação e Trabalho”, representando 1,68%; 14 questões do eixo “Produção e Comunicação da Informação”, representando 0,68%.

Constatou-se que durante os anos de 2000 e 2015, os concursos públicos para o cargo de bibliotecário jurídico dos tribunais do Brasil exigiram competências técnicas e administrativas para selecionar o melhor profissional, como se pode verificar na incidência de questões sobre organização da informação e de administração de unidades de informação, respectivamente, o eixo 1 e o eixo 2. Contudo, percebeu-se que os temas do eixo 1 não foram questões direcionadas especificamente à organização da informação jurídica, como se deveria esperar, já que a seleção era para uma biblioteca jurídica. As questões encontradas abordavam a organização da informação de maneira mais ampla, ou seja, referiam-se às atividades básicas de todo tipo de biblioteca, desde a escolar até a especializada. Esta pesquisa demonstrou no referencial teórico que a organização da informação jurídica é de suma importância na recuperação da informação jurídica para a tomada de decisões, tendo em vista o elevado número de publicações da área do Direito, assim como, os diversos tipos de informação jurídica.

As provas poderiam ter equilibrado mais o número de questões de organização da informação com a informação jurídica, adequando-se, portanto, à tipologia da biblioteca jurídica. Verificou-se que somente 134 questões abordaram a informação jurídica, ficando atrás do eixo 8, Normas Técnicas, com 267 questões. O eixo 9, Informação Jurídica, abrangia temas como Documentação Jurídica, com 57 questões, Fontes de Informação Jurídica, com 64 questões e AACR2/CCAA2 de Informação Jurídica, com 13 questões; totalizando as 134 questões do eixo 9, das 2078 questões identificadas nas 46 provas analisadas.

Sendo assim, a análise dos certames sugeriu que o bibliotecário jurídico deveria ser um profissional mais competente na memorização de normas, do que um profissional que dominasse a informação jurídica, o objeto principal de trabalho de uma biblioteca jurídica. Na literatura sobre informação jurídica não se vê o domínio das normas técnicas como uma competência necessária ao mister do bibliotecário jurídico.

O presente trabalho também teve êxito ao identificar o número de questões sobre a área do Direito. O eixo 3, Noções de Direito, que ficou em terceiro lugar, com 315 questões identificadas, mostra que nesse caso as provas tiveram a preocupação de selecionar o candidato que tivesse um conhecimento razoável sobre o Direito. No

entanto, as questões não avaliavam o conhecimento do candidato a respeito dos mecanismos de funcionamento do Direito brasileiro. Elas avaliavam, sobretudo, os conhecimentos acerca dos direitos e deveres dos servidores públicos, ao passo que a literatura afirma como competência do bibliotecário jurídico, o conhecimento de como funciona o Direito no Brasil, as provas dos concursos públicos para os tribunais não tiveram essa mesma exigência refletida nas questões.

Outro aspecto interessante proporcionado por esta pesquisa foi a identificação das bancas organizadoras e realizadoras dos concursos públicos para os tribunais no Brasil. Das 46 provas, a FCC aplicou 34 provas, representando 73,91%, ficando em primeiro lugar; enquanto que a segunda colocada foi a CESPE, com apenas 7 provas, representando 15,22%. A determinação da banca se dá pelos requisitos preenchidos no edital de contratação publicado pelo Tribunal. A escolha da banca pode dizer muito sobre o tipo de assuntos abordados nas questões, pois cada banca costuma ter sua característica peculiar que por vezes reflete nos conteúdos aplicados nas questões.

Portanto, espera-se que este trabalho possa contribuir na elaboração dos próximos concursos públicos para bibliotecário jurídico dos tribunais de segunda instância no Brasil, servindo de auxílio às bancas e aos tribunais para reverem e, por que não, adequarem cada vez mais o conteúdo de acordo as competências e qualidades atribuídas aos bibliotecários jurídicos, apresentados na literatura pelos notórios autores da Biblioteconomia Jurídica.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 23. ed. São Paulo: Método, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO (AASP). Disponível em: <<http://processoeletronico.aasp.org.br/o-que-e/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARATA, Manoel Silva. **Pesquisa em fontes de informação jurídica disponível na Internet: Curso de Extensão Universitária**. 2009. Disponível em: <[http://www.infolegis.com.br/wa\\_files/Barata-Manoel.pdf](http://www.infolegis.com.br/wa_files/Barata-Manoel.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BARBOSA, Bruna Henderson. **Novo perfil profissional: o bibliotecário jurídico em foco**. Goiânia, 2012. 126 f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal de Goiás Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Goiás, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4476/7/TCCG-BIBLIOTECONOMIA-BRUNA%20BARBOSA.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 01 out. 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CAVALLINI, Marta. Saiba como são elaboradas as provas em concursos. **G1**, São Paulo, jul. 2008. Concursos e emprego. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Concursos\\_Empregos/0,,MUL636549-9654,00-SAIBA+COMO+SAO+ELABORADAS+AS+PROVAS+EM+CONCURSOS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL636549-9654,00-SAIBA+COMO+SAO+ELABORADAS+AS+PROVAS+EM+CONCURSOS.html)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaHistoricoOcupacoes.jsf><http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf><http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaHistoricoOcupacoes.jsf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

COSTA, Julio Ridieri. **O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de justiça do Brasil**. 2010. 95 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27836/000766902.pdf?seque>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 466-546.

FERNANDES, Daniel. Conheça o perfil das 6 grandes bancas examinadoras de concursos públicos. **IOB Concursos**, São Paulo, maio 2015. Disponível em: <<https://www.iobconcursos.com/noticias-sobre-concursos/conheca-o-perfil-das-6-grandes-bancas-examinadoras-de-concursos-publicos/1734>> Acesso em: 26 nov. 2015.

FERREIRA, Patrícia H. E. L.; MELO, Denise G. P. Biblioteca da Procuradoria da República no estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. **Biblionline**. v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos2006/Arquivo8.pdf>><http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos2006/Arquivo8.pdf>><http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos2006/Arquivo8.pdf>><http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos2006/Arquivo8.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

GONÇALVES, Marcos Rogério; SANTOS, Valéria Silva. **A biblioteca jurídica como fonte de conhecimento decisório**. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-11, set. 2009

FERREIRA, Patrícia H. E. L.; MELO, Denise Gomes Pereira de. Biblioteca da Procuradoria da República no estado da Paraíba: um espaço aglutinador de Informação jurídica. **Biblionline**, v. 2, n. 1. 2006. 17 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. Servidores **Direito administrativo brasileiro**. 23. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2000. p. 396-400.

GRUPO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA DO RIO DE JANEIRO (GIDJ/RJ). Disponível em: <<http://gidj.rj.com.br/historia/http://gidj.rj.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

GRUPO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA DE SÃO PAULO (GIDJ/SP). Disponível em: <<http://www.gidjsp.com.br/?q=node/1>><http://www.gidjsp.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

INFOLEGIS. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do direito**. [S.L.], 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>><http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

LUZ, Juliane de Cássia Silva da. **Questões de concursos em biblioteconomia: mapeamento temático**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2014.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, v.30, n.1, p. 61-70, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. O bibliotecário jurídico na contemporaneidade. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação, XIV, 2011, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/118>>. Acesso em: 08 abr. 2012

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário jurídico: seu papel, seu perfil**. Apresentado no 3º Seminário de Informação e Documentação Jurídica, Rio de Janeiro, RJ, 2001. Disponível em: <[http://www.infolegis.com.br/wa\\_files/perfilbibjuridico.pdf](http://www.infolegis.com.br/wa_files/perfilbibjuridico.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23. n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

PCICONCURSOS. Organizadoras. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/organizadoras/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SALASARIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão - LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/351>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SARMENTO, Adriana Godoy da Silveira; ROSA, Alpina Gonzaga Martins; FERREIRA, Regina de Marco. **Informação Jurídica: valor agregado. O quê? Por quem? E para quem?**, 2000. In: XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil), setembro, 24-30, 2000

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 139 p. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SILVA, Andréia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia de Borba. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009



SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TUDO sobre concursos. Tipos de provas. Disponível em:

<<http://www.tudosobreconcursos.com/informacoes-gerais/tipos-de-provas>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

ZOCCOLI, Mariana. Lula e Dilma admitem 355% mais servidores do que FHC. da **Agência PT de Notícias** Disponível em: <<http://www.pt.org.br/lula-e-dilma-admitem-355-mais-servidores-do-que-fhc/>>. Acesso em: 21 set. 2016. 4/10/2014 15h45 - atualizado em 07/07/2016 10h55

## APÊNDICE A - LISTAGEM DAS PROVAS BAIXADAS

Provas	Tribunal	Banca organizadora	Ano	Nº de questões conteúdo Biblioteconomia	Nº de questões conteúdo Direito	Nº total de questões prova
1	TRF-1	FCC	2001	27	11	38
2	TRE-SC	FAPEU	2002	20	36	56
3	TRE-AM	FCC	2003	30	10	40
4	TRT-24.	FCC	2003	30	10	40
5	TRE-AL	CESPE	2004	65	0	65
6	TRT-22.	FCC	2004	40	5	45
7	TRT-23.	FCC	2004	39	1	40
8	TRF-4	FCC	2004	40	10	50
9	TRE-MT	CESPE	2005	28	0	28
10	TRE-RN	FCC	2005	30	0	30
11	TRT-16.	CESPE	2005	56	10	66
12	TRT 4.	FCC	2006	30	5	35
13	TRT-24.	FCC	2006	37	6	43
14	TRE-PB	FCC	2007	40	8	48
15	TRT-23.	FCC	2007	40	0	40
16	TRF-2	FCC	2007	40	10	50
17	TRF-3	FCC	2007	30	6	36
18	TRE-RS	CONSULPLAN	2008	40	15	55
19	TRT-2.	FCC	2008	35	0	35
20	TRT-18.	FCC	2008	20	10	30
21	TRF-5	FCC	2008	29	11	40
22	TRE-PI	FCC	2009	35	7	42
23	TRT-16.	FCC	2009	20	10	30
24	TRT-17.	CESPE	2009	61	9	70
25	TRF-5	SUSTENTE	2009	20	0	20
26	TRE-AM	FCC	2010	39	6	45
27	TRE-BA	CESPE	2010	70	10	80
28	TRE-RS	FCC	2010	49	4	53
29	TRT-21.	CESPE	2010	60	10	70
30	TRF-4	FCC	2010	39	11	50
31	TRE-RN	FCC	2011	40	0	40
32	TRT-23.	FCC	2011	30	10	40
33	TRT-24.	FCC	2011	30	10	40
34	TRE-PR	FCC	2012	40	0	40
35	TRT-6.	FCC	2012	40	5	45
36	TRT-13.	CONSULPAN	2012	40	0	40
37	TRF-2	FCC	2012	39	11	50
38	TRT-5.	FCC	2013	40	5	45
39	TRT-15.	FCC	2013	40	10	50
40	TRT-17.	CESPE	2013	68	0	68
41	TRE-AM	IBFC	2014	40	8	48
42	TRT-16.	FCC	2014	30	8	38
43	TRF-1	FCC	2014	39	0	39
44	TRF-3	FCC	2014	30	6	36
45	TRE-RR	FCC	2015	38	6	44
46	TRT-3.	FCC	2015	40	5	45
<b>Total de questões</b>				<b>1763</b>	<b>315</b>	<b>2078</b>

**APÊNDICE B - CONTEÚDO DOS CONHECIMENTOS DE BIBLIOTECONOMIA E  
DE NOÇÕES DE DIREITO**

<b>Eixo</b>	<b>Área</b>	<b>Tema</b>
1 Fundamentos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia	1.1 Informação, Conhecimento e Documentação	
	1.2 Biblioteconomia e Ciência da Informação	
2 Sistemas de Organização do Conhecimento	2.1 Representação Descritiva	2.1.1 Catalogação
		2.1.2 Catalogação Cooperativa
		2.1.3 Catálogos
		2.1.4 AACR2/CCAA2
		2.1.5 RDA
		2.1.6 MARC21
		2.1.7 Metadados
		2.1.8 Dublin Core
		2.1.9 O Functional Requirements for Bibliographic Records)(FRBR)
	2.2 Representação Temática	2.2.1 Indexação
		2.2.2 Linguagem Documentária
		2.2.3 Vocabulário Controlado
		2.2.4 Lista de Cabeçalhos
		2.2.5 Tesouros
		2.2.6 Web Semântica
		2.2.7 Ontologia
		2.2.8 Sistemas de Classificação Bibliográfica
		2.2.9 CDD
		2.2.10 CDU
2.2.11 CDDir		
	3.1 Educação e Trabalho	3.1.1 Formação e Atuação Profissional

3 Legislação, Educação e Trabalho		3.1.2 Entidades e Eventos da área de Biblioteconomia
		3.1.3 Ética Profissional
		3.2.1 Lei N. 4.084/62 (Profissão de Bibliotecário)
	3.2 Legislação	3.2.2 Lei N. 9.674/98 (Exercício da Profissão de Bibliotecário)
		3.2.3 Lei N. 9.610/98 (Direito Autoral)
	3.3 Saúde no Trabalho	3.3 Ergonomia
	4 Produção e Comunicação da Informação	4.1 Bibliometria, Cientometria, Infometria
4.2 Comunicação Científica		
5 Informação e Tecnologia	5.1 Tecnologias de Informação	5.1.1 Bibliotecas Virtuais, Digitais e Eletrônicas
		5.1.2 Automação/Interoperabilidade/Protocolos
		5.1.3 Repositórios Digitais
		5.1.4 Documentos Eletrônicos
		5.1.5 Softwares para Bibliotecas
		5.1.6 Redes e Sistemas de Informação Cooperativa
		5.1.7 Preservação Digital
6 Mediação e Disseminação da Informação	6.1 Serviço de Referência da Informação	
	6.2 Estudo de usuário	
	6.3 Sistemas de Intercâmbio entre Bibliotecas	
	6.4 COMUT	
	6.5 Fontes de Informação	
	6.6 Controle Bibliográfico	

	6.7 Bibliografias	
	6.8 Disseminação Seletiva da Informação (DSI)	
	6.9 Banco e Base de Dados	
	6.10 Recuperação da Informação	
7 Administração, Organização e Planejamento em Unidades de Informação	7.1 Administração Geral	
	7.2 Administração e Planejamento de Bibliotecas	
	7.3 Avaliação de Serviços de Bibliotecas	
	7.4 Gestão de Qualidade	
	7.5 Gestão do Conhecimento e da Informação	
	7.6 Marketing em Ciências da Informação	
	7.7 Formação e Desenvolvimento de Coleções	
	7.8 Preservação, Conservação e Restauração	
	7.9 Gestão Documental	
8 Normas Técnicas	8.1 Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	
	8.2 6021 (Publicação Periódica)	
	8.3 6022 (Aprest. Elem.Art.Publ.Periódica)	
	8.4 6023 (Referências)	

	8.5 6024 (Numeração progressiva)	
	8.6 6028 (Resumos)	
	8.7 6027 (Sumários)	
	8.8 6029 (Livros e Folhetos)	
	8.9 6032 (Abreviações de Títulos de Periódicos e Publicações Seriadas)	
	8.10 6034 (Índice)	
	8.11 10518 (Guia de Unidades de Informação)	
	8.12 10520 (Citações)	
	8.13 10719 (Relatórios)	
	8.14 12676 (Indexação)	
	8.15 14724 (Trabalhos Acadêmicos)	
	8.16 ISO 1087-1 (Vocabulary)	
	8.17 ISO 2709 (Format for Information Exchange)	
9 Informação Jurídica	9.1 Documentação Jurídica	
	9.2 Fontes de Informação Jurídica	
	9.3 AACR2/CCAA2 de Informação Jurídica	
10 Noções de Direito	10.1 Direito Constitucional	
	10.2 Direito Administrativo	
	10.3 Direito Eleitoral	
	10.4 Direito do Trabalho	
	10.5 Direito Penal	

	10.6 Regime Interno do Tribunal	
--	---------------------------------	--